



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1935/15	DATA: 01/10/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h19min	TÉRMINO: 13h56min	PÁGINAS: 91

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Delegado da Polícia Federal. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Delegado de Polícia Federal.

SUMÁRIO
Deliberação de proposição única constante da pauta. Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil; e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 54ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Solicito dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura da ata por solicitação dos Deputados Altineu Côrtes e Onyx Lorenzoni.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discutir a ata, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico o recebimento de expedientes.

Petição assinada pela defesa do Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo, que *“requer a remarcação de seu depoimento para data posterior, pois, conforme documentação anexa, o depoente encontra-se em tratamento de saúde, necessitando realizar exames médicos e consultas necessárias ao seu tratamento. Informa, ainda, que precisa recolher a documentação adequada para colaborar de forma efetiva com as investigações que vêm sendo realizadas pela CPI”*.

Em relação ao requerimento apresentado pela defesa do Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo e considerando tratar-se de problema de saúde, conforme



comprovado pelos documentos anexos à petição dos advogados, esta Presidência defere o pedido. Designarei nova data para audiência futura.

Fax do Supremo Tribunal Federal recebido ontem, dia 30 de setembro de 2015, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki *“informando deferimento, em parte, do pedido de liminar no Habeas Corpus nº 130.553, impetrado em favor dos Srs. Maurício Moscardi Grillo, Rosalvo Ferreira Franco e José Washington Luiz Santos, para garantir aos pacientes o direito de serem assistidos por advogado e de com este comunicarem-se, podendo seu defensor intervir verbalmente, quando se revelar necessário, observadas as normas regimentais que disciplinam os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito; não serem obrigados a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrerem com isso qualquer medida privativa de liberdade; e não se autoincriminarem. A decisão indeferiu pedido de dispensa do comparecimento à sessão designada para obter o depoimento dos pacientes”*.

Vamos dar início à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimento constante da pauta e audiência pública para tomar depoimento dos Srs.:

- Antônio Carlos Pinto de Azeredo, ex-Presidente da Transportadora GASENE, que não comparecerá por motivo já explicado por este Presidente;

- Maurício Moscardi Grillo, Delegado de Polícia Federal, convocado pela aprovação do Requerimento nº 924, de autoria do Deputado Aluisio Mendes, e Requerimento nº 929, de autoria da Deputada Maria do Rosário;

- Rosalvo Ferreira Franco, Delegado de Polícia Federal, convocado pela aprovação do Requerimento nº 924, de autoria do Deputado Aluisio Mendes, e Requerimento nº 931, de autoria do Deputado Wadih Damous;

- José Washington Luiz Santos, Delegado de Polícia Federal, convocado pela aprovação do Requerimento nº 924, de autoria do Deputado Aluisio Mendes.

Passemos à deliberação do requerimento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Onyx Lorenzoni tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem para encaminhamento dos trabalhos.



Esta CPI vem cumprindo um papel extremamente importante e relevante não apenas no processo investigativo, como também ao permitir que a sociedade brasileira possa compreender o que se passou na PETROBRAS e o que se passou em todas as ramificações ou conexões desse gigantesco esquema de corrupção.

O Brasil vem sendo passado a limpo, quer pela Operação Lava-Jato, em que há um trabalho extraordinário da Polícia Federal, do Ministério Público e do Dr. Sérgio Moro, quer com o auxílio e o trabalho dos membros desta CPI.

Então, queria trazer ao debate, ainda antes da deliberação da convocação do atual Presidente da PETROBRAS, que muito provavelmente virá aqui repetir aquilo que Maria das Graças Foster já disse: que a companhia era uma maravilha, está tudo sob controle e as coisas vão melhorar imediatamente. Nós sabemos que não é assim. Nós temos um conjunto de pessoas que foram convocadas, acareações que foram aprovadas e que precisariam ser agendadas para que se pudesse avançar ainda mais nesse processo.

Então, eu quero comunicar a V.Exa., ao Sr. Relator e ao Plenário desta Comissão que preparei um requerimento de prorrogação desta CPI por 120 dias. Esse requerimento permitirá que — quer haja o recesso e, nesse caso, a não contagem do prazo; quer se repita o que houve no ano passado, o recesso branco, de 17 de dezembro a 1º de fevereiro, caso em que o prazo não seria interrompido —, se isso se repetir neste ano — há uma grande possibilidade —, a CPI se encerre em março de 2016, devido a essa prorrogação.

Eu, desde ontem, tenho falado com várias Lideranças e com membros da CPI. Nós já temos aqui 12 assinaturas de membros desta CPI. O Regimento da Casa determina que esse requerimento seja entregue à Mesa Diretora dos trabalhos do plenário da Câmara dos Deputados. Esse requerimento deverá ser votado

Eu também quero anunciar, Sr. Presidente, que pretendo fazer com que essa votação seja nominal em plenário, porque o Brasil tem que saber quem quer prosseguir com as investigações e quem quer sepultá-las. Quero dizer do grau de transparência com que a atual CPI vem sendo conduzida e do comando brilhante de V.Exa. Quero reconhecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É justo que se diga que V.Exa. tem conduzido de maneira sóbria e equilibrada os trabalhos desta CPI, não abrindo mão mesmo de movimentos mais complexos e mais difíceis. V.Exa., no comando da CPI, não deixou de fazer qualquer esforço para que nós pudéssemos ter o melhor resultado possível.

O momento, Sr. Presidente, é muito delicado. Eu quero alertar os que têm hoje a concepção de que, se encerrarmos a CPI, os problemas da Operação Lava-Jato para o partido A, para o partido B ou para o partido C vão desaparecer. Não vão! Quero também lembrar que da Procuradoria-Geral da República vai direto para o Conselho de Ética, sem qualquer outro espaço legislativo de debate, quer da justiça, quer da injustiça, sobre quem quer que seja.

Falo aqui com maturidade, equilíbrio. Já participei de mais de 12 CPIs e CPMLs. Então, estou aqui falando com lealdade, com prudência a todos, fazendo um apelo à razoabilidade e ao bom senso. Há questões que só a história e o tempo vão provar, Sr. Presidente. Foi constituído um grupo aqui que guarda muita semelhança com o que fez a CPI dos Correios, que deu uma contribuição extraordinária à história política brasileira. A CPI da PETROBRAS feita na Câmara começou com suspeições de toda ordem e vem conseguindo, ao longo do tempo, conquistar o que é mais importante na atividade parlamentar: a credibilidade por parte de ampla maioria da população do País.

Portanto, eu quero deixar registrada essa iniciativa. Vamos encaminhar o requerimento hoje ao plenário da Câmara dos Deputados. Conversei com Lideranças de vários partidos que são signatários desse documento, que vão se empenhar em que, na próxima semana, seja votado no plenário da Câmara dos Deputados. Pela tradição, nós temos conseguido aprovar por voto simbólico a continuidade dos trabalhos das CPIs, mas, na eventualidade de que não se consiga fazer isso, eu quero alertar que — por dever de correção e lealdade — a bancada do Democratas vai pedir verificação. Nós vamos fazer com que a impressão digital de cada um esteja marcada na história deste Parlamento, porque a CPI da PETROBRAS não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou concluir, Sr. Presidente. Peço só 1 minuto mais.

A CPI da PETROBRAS não é apenas um processo parlamentar complementar, investigativo sobre o episódio. Nesse episódio ou nós mudamos o Brasil ou vamos legar às futuras gerações um país muito pior do que o que nós recebemos. Acho que esse é um compromisso de todos nós.

Quero também revelar aqui, Sr. Presidente, no minuto final, que ontem protocolei o Projeto de Lei nº 3.165, que busca trazer para o Brasil a legislação dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Reino Unido, Austrália, que trata do Programa de Incentivo à Revelação de Informações de Interesse Público. É a delação do bem. Servidores públicos, pessoas da sociedade vão poder levar informações que poderão fazer cessar esquemas de corrupção na área pública. E elas, além de ser protegidas pela legislação, pelo Estado brasileiro, poderão ser premiadas. Eu vou dar um exemplo: se para chegar a Pedro Barusco, que devolveu 97 milhões de reais aos cofres públicos, um servidor da PETROBRAS ou de qualquer outra área estatal tivesse feito a denúncia, ao final e ao cabo, com a recuperação desses 97 milhões, Dr. Sérgio Moro, se aprovado esse projeto de lei for lei, de 1% a 10% do arrecadado seria destinado a premiar esse servidor. Isso é o como se chama o soprador de apito, *whistleblower*. É uma técnica usada e referendada pela ONU em todos os acordos de cooperação internacional de combate à corrupção. É uma inovação no Estatuto Brasileiro de Combate à Corrupção. É apenas uma demonstração de como esta CPI pode ir longe. Nós temos que rever toda a legislação de combate à corrupção no Brasil. Esta CPI tem pela frente uma tarefa hercúlea.

Eu concluo, Sr. Presidente, pedindo que V.Exa. tenha — está aí o Relator — os melhores ouvidos para a proposta de prorrogação dos trabalhos desta CPI até o próximo mês de março. Há a delação de Ricardo Pessoa que deve chegar à 13ª Vara, e muitas outras que estão em andamento. É muito importante que esse trabalho tenha sequência, para o bem deste Parlamento e da biografia de cada um dos Deputados que fazem parte desta CPI e, principalmente, em favor da sociedade brasileira, que não aguenta mais tanta corrupção.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos estabelecer uma ordem. O Deputado Luiz Sérgio já havia pedido a palavra e o Deputado Ivan Valente. Eu darei a palavra ao Relator, ao Deputado Ivan Valente e, em seguida, ao Deputado Altineu Côrtes.

Gostaria de pedir brevidade nas manifestações para podermos deliberar sobre o requerimento que temos na pauta e iniciar as oitivas — temos três oitivas a fazer na manhã de hoje.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu serei breve, Sr. Presidente.

Com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Onyx Lorenzoni, eu acho que a expressão “sepultar as investigações” não é feliz, porque a continuidade ou o término dos trabalhos da CPI, a meu ver, vai interferir muito pouco no andamento ou não do inquérito em curso no Paraná. As ações do Juiz Sérgio Moro, do Ministério Público e da Polícia Federal não se encerrarão caso a CPI conclua o seu trabalho. Então, acredito que o termo “sepultar as investigações” não é correto.

Esta CPI, sem contar os de hoje, já ouviu 115 pessoas. Poucas CPIs nesta Casa trouxeram tantas pessoas para serem ouvidas. Podemos ficar olhando para o retrovisor ou para o para-brisa. Agora, no que se refere à PETROBRAS, nós precisamos ser propositivos: o que vamos propor, o que a PETROBRAS tirou de lição de todo esse processo, qual o futuro da empresa diante desse capítulo amargo da sua história? Eu entendo que nós precisamos, nesse aspecto, pensar mais o futuro, até porque contra os malfeitos, roubos e desvios, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça estão numa ação Implacável. Evidentemente, eles vão olhar o que ocorreu no passado. Mas nós temos aqui, enquanto membros desta CPI, o desafio de apontar caminhos para o futuro dessa empresa que sempre foi indutora de desenvolvimento e progresso para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu concordo com o Deputado Onyx Lorenzoni. Eu acho que o nosso papel aqui é o de investigar.



Eu fico preocupado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com o esvaziamento desta CPI. É a estampa do esvaziamento da CPI e do desinteresse de vários partidos em participar ativamente da investigação e, mais do que isso, de investigar coisas explícitas.

Por exemplo, nós temos aqui uma reunião deliberativa. Sinceramente, eu não entendi por que nós vamos deliberar um requerimento aqui agora. Um. Eu tenho vários requerimentos, outros Deputados têm vários requerimentos. Eu não sei por que vamos deliberar só a convocação do Presidente da PETROBRAS agora.

Aliás, eu quero lembrar as Sras. e os Srs. Deputados que o primeiro depoimento nesta CPI, Deputado Onyx Lorenzoni, foi feito por livre e espontânea vontade pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha. Hoje a manchete do *Globo* diz o seguinte: “*Suíça confirma contas de Cunha e parentes.*” Ou seja, nós temos cinco delatores e um policial que relatam irregularidades, ilegalidades do Presidente da Câmara dos Deputados! Ele veio aqui, suas palavras estão gravadas: “*Voltarei a qualquer momento.*” Está gravado e está nas atas desta CPI: “*Voltarei a qualquer momento.*” Eu tenho um requerimento de convocação do Presidente Eduardo Cunha.

A CPI, Deputado Onyx Lorenzoni, pode chamar operadores. Vejam, nós conseguimos chamar os operadores principais: o Paulo Roberto, o Barusco, o Duque, o Vaccari, todos eles já vieram depor aqui. Mas nós, como Parlamentares, temos a obrigação de demonstrar, Sr. Presidente, para a sociedade que nós não vamos botar nenhum cobertor em cima de nada. Nós vamos cortar na própria carne!

A instituição está em jogo aqui e a CPI não vê, não olha! Nós temos que aprovar a convocação do Presidente da Casa, Eduardo Cunha — ele se propôs a vir — e quebrar o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. A CPI precisa operar, precisa agir. Ela não pode ler jornal todo dia.

O Ministério Público, a Polícia Federal, todos estão na ativa. A CPI finge que não é com ela. Eu não posso concordar com isso. Mas também não sou a favor de encerrar os trabalhos da CPI. Cada um assume as suas responsabilidades.

Quero dizer francamente aqui — quem quiser, manifeste-se — que, na verdade, não se consegue convocar pessoas que seriam altamente esclarecedoras aqui com requerimentos aprovados, como o Sr. Júlio Camargo, como o Sr. Jayme de



Oliveira. Há interesse, sim, de partidos políticos em ofuscar e outros em blindar a ação da CPI. É evidente isso!

Nós não chamamos aqui nenhum Parlamentar. Já há outros denunciados: o Presidente da CCJ, Arthur Lira. Nem esses! Bom, vamos adotar um critério, então. Todos que foram apontados pela lista do Janot, 38 Senadores, Deputados... “Ah, mas eles ainda não foram indiciados.” Agora já tem o Presidente da Casa, o Presidente da CCJ, vários Senadores, etc. Por que esta CPI não pode aprovar esses requerimentos? Por que não podemos mostrar para a sociedade que nós estamos investigando? Inclusive pluripartidariamente, de qualquer partido.

Sinceramente, o esvaziamento da CPI é patente. Mas, na minha opinião, se nós não alimentarmos a CPI, se não cortarmos na carne, se não investigarmos para valer, é evidente que ela vai se esvaziar, Deputado Onyx Lorenzoni, vai haver perda de interesse na continuidade de seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, hoje está aqui um requerimento para convocar o Sr. Aldemir Bendine. Um requerimento? Um? São vários!

Eu vou pedir, se V.Exa. me permitir, para fazer um requerimento extrapauta para convocar o Sr. Eduardo Cunha para vir aqui. A CPI aprova? É a pergunta que eu deixo no ar: a CPI aprova? Está mais do que explícito. Ou qualquer outro Parlamentar. Ou então vamos protocolar para o Sr. Júlio Camargo vir aqui e aprovar os requerimentos do Sr. João Henriques...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...e de todos os outros que vêm falando a respeito do Presidente desta instituição. Eu não estou falando de qualquer Parlamentar, Deputado Antonio Imbassahy. Existem acusações contra Senadores do PT, do PSDB, do PMDB, de todo mundo. Vamos abrir o leque aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero concluir com isto, Presidente: primeiro, seria desastroso, uma marmelada empacotar a CPI, acabar com a CPI na hora em que ela vai expor os intestinos da Casa, ou seja, investigar os que ela tem de investigar. O pessoal vai ao Conselho de Ética de qualquer jeito, a partir das definições do Ministério Público e da Polícia Federal. Mas o problema é saber se a CPI criada nesta Casa está a fim de mostrar para sociedade a que veio.

Eu peço que façamos uma reunião... Quero fechar com isto, Sr. Presidente: nós vamos apresentar uma lista — que os outros Parlamentares apresentem — ou uma sequência de trabalho para cortar na carne, para dizer: “*Nós estamos investigando.*” A primeira que eu quero fazer é a convocação do Presidente da instituição, porque ele se propôs a vir aqui independentemente de convocação. Ele se propôs a vir a qualquer hora. Se ele quiser, de novo, vir como convidado, que venha. Eu prefiro que seja convocado. Está aí o requerimento para ser votado e está aí o requerimento de quebra de sigilo também. Vamos fazê-lo! Vamos mostrar que aqui existe imparcialidade, que existem condições de nós conseguirmos avançar nas investigações, doa a quem doer.

Então, eu peço a V.Exa. que marque uma reunião para decidirmos o que fazer, realmente, para esta CPI avançar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, faço mais um apelo para V.Exa. concluir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu concordo com o Deputado Onyx Lorenzoni quanto à importância da prorrogação dos trabalhos desta CPI, talvez a mais importante da história do País.

Eu acompanho V.Exa. toda semana aqui, nos dias em que estamos juntos, o seu empenho, o desgaste que tem tido para conduzir esta CPI, tantas coisas para resolver. Aí a seu lado está o Deputado Antonio Imbassahy, experiente; o Deputado Luiz Sérgio, também um Deputado experiente, um relator experiente. É difícil tocar uma CPI que vai entrar para a história como a mais importante do País. Não há como se concluir um trabalho como esse sem essa prorrogação, na minha humilde



opinião. Eu acho que a Câmara Federal não pode deixar de ter esse instrumento acompanhando o desenrolar dos fatos. Concordo, inclusive, com o Deputado Luiz Sérgio. Eu acho que o Deputado Onyx Lorenzoni quis dizer não que as investigações vão ser sepultadas com o encerramento da CPI, mas que a Câmara perderá um instrumento de acompanhamento. Acho que é um meio-termo. Eu acho que o Deputado Onyx Lorenzoni quis dizer que a Câmara não pode ficar sem esse instrumento.

Os processos estão em andamento, as irregularidades são muito graves. A cada semana as operações estão acontecendo. Eu acho até prudente mesmo, Sr. Presidente, que o ritmo de oitivas diminua, que possamos imprimir outro ritmo aos nossos trabalhos, talvez com menos oitivas e mais trabalho braçal, vamos dizer assim, para podermos encaminhar um relatório mais completo possível.

Quero, inclusive, expor aqui uma ideia que tive: de fazermos uma reunião, antes da finalização dos trabalhos da CPI — eu espero que haja a prorrogação —, com o Ministério Público do Paraná e com o Dr. Sérgio Moro. Eu vejo que muitas frentes ainda não foram alcançadas, inclusive pelo Poder Judiciário. Seria bom se nós pudéssemos nos dar as mãos para chegar ao melhor resultado possível.

Sr. Presidente, eu quero, finalizando, parabenizá-lo pela pauta de hoje. Acho extremamente importante convocar o Presidente Bendine, Deputado Luiz Sérgio, Deputado Antonio Imbassahy, para vir à Comissão. Extremamente importante! A Comissão está cumprindo, sim, o seu papel trazendo aqui o Presidente da PETROBRAS. E, se for o caso, o ovo está dizendo que o Governo está cortando na carne trazendo aqui o Presidente da PETROBRAS.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Na última sessão da CPI ficou apalavrado com V.Exa. e com outros Deputados que seriam aprovados outros requerimentos de acareação. Eu espero que isso se dê conforme tratado. Não tenho dúvida de que assim será.

Sr. Presidente, hoje eu entrei com um novo requerimento para convocar o Sr. Murilo Ferreira, Presidente do Conselho da PETROBRAS, que saiu da PETROBRAS porque não está satisfeito. Eu acho que é importante a CPI ouvir o Sr. Murilo



Ferreira, Presidente da Vale do Rio Doce, Presidente do Conselho, para vir aqui e dizer o que está acontecendo na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Seria só isso. Parabéns pela pauta de hoje!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu ouvi com atenção as colocações de todos os colegas que me antecederam, iniciando pelo Deputado Onyx Lorenzoni. Eu tenho refletido sobre o trabalho e o papel desta CPI. Eu penso que ela é exitosa, cumpriu o papel de publicizar os fatos. Uma coisa é o cidadão ir lá depor entre quatro paredes com dois delegados da Polícia Federal, um juiz, dois Procuradores. Outra coisa é um depoimento prestado perante a CPI e, muitas vezes, divulgado ao vivo para a Nação.

Eu entendo que esta CPI já cumpriu esse papel de divulgação, ou seja, a Nação tomou conhecimento mais fortemente, passou até a fazer parte do dia a dia dessa questão a partir do trabalho desta CPI.

Qual é o nosso papel neste momento: apurar para punir ou apurar para propor? Apurar para punir, nós temos que ter consciência de que nós estamos andando de Volkswagen e a Lava-Jato está andando de avião supersônico. Essa é a realidade. Quer dizer, os meios investigatórios à disposição daqueles que fazem a Operação Lava-Jato são infinitamente superiores aos nossos, que, muitas vezes, até nos expõem ao ridículo. Quer dizer, o cidadão vai lá e diz: *“Eu não preciso falar, não vou falar.”* *“Não fala, vai para a cadeia. Tudo bem, quanto quiser falar você sai daí.”* E nós aqui: *“Obrigado ao senhor por ter vindo aqui.”* Todo mundo ainda passa lá, passa a mão na cabeça, quando nos reunimos várias vezes e nos deparamos com depoentes, digamos, protegidos por decisões judiciais.

Nós não vamos conseguir, até porque temos mais o que fazer, todos nós. Por exemplo, agora está sendo votada uma MP numa Comissão da qual eu sou membro. Nós temos duas, três reuniões, todos nós aqui, neste momento, enquanto a Lava-Jato está concentrada só nisso 24 horas por dia.



Então, eu não vejo como, em termos de apuração, nós conseguirmos nos aproximar da Lava-Jato. Parece aquela novela da *Globo*, *Vale a Pena ver de Novo*, que passa à tarde. As pessoas vêm aqui e dizem coisas que há 6 meses já estão, muitas vezes, divulgadas.

Então, eu penso que o papel de apuração desta CPI, sinceramente, está quase esgotado. Eu até gosto, de vez em quando, de olhar para alguns desses depoentes, de poder desabafar e dizer alguma coisa, mas vemos que a CPI não é produtiva.

Eu penso que nós temos um papel importante no sentido de contribuir para que se corrijam os rumos dessa empresa e se ressalte a importância da PETROBRAS para a economia e para a vida brasileira.

Hoje eu tenho — antes não tinha — ideia da importância dessa empresa para o Brasil. Esta CPI aumentou a minha consciência da importância da PETROBRAS para o País.

Por isso, se nós devemos prorrogar ou não o prazo de funcionamento da CPI eu não sei. Quando se esgotaria? Quando teríamos que concluir os trabalhos? Dia 23 de outubro. Talvez devêssemos buscar esse foco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Talvez devêssemos buscar o foco da proposição e deixar a Lava-Jato seguir o seu caminho, porque eles estão fazendo um trabalho muito à frente do nosso. São pessoas talhadas para isso, são investigadores, o que nós não somos, e têm meios muito mais fortes que os nossos para avançar nessa questão.

Por isso, proponho que esta CPI tenha um foco propositivo e a apuração fique a cargo de quem está mais preparado e estruturado neste momento para levá-la a efeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou iniciar elogiando V.Exa., porque hoje é Dia do Idoso e V.Exa., como um jovem Deputado,



está sendo bastante generoso no tempo com todos os Deputados, mais do que comumente — para quebrar um pouco o gelo inclusive dos debates aqui.

Nesta CPI, semanalmente, há alguns meses, os diversos Deputados aqui se encontram para ouvir oitivas ou encaminhar reuniões deliberativas. Durante todos esses meses os Deputados tiveram oportunidade de expressar suas opiniões, suas divergências, seus posicionamentos durante os interrogatórios ou durante os debates feitos aqui na CPI e, claramente, nós não podemos entrar no debate dos que querem apurar irregularidades com os que não querem apurar irregularidades.

Está absolutamente comprovado que todos os Deputados, de todos os partidos, evidentemente, tendo foco na sua coloração partidária, na sua visão com relação à PETROBRAS e com relação ao papel desta CPI, têm desenvolvido o seu trabalho.

Agora, é incontestável que esta CPI se pautou, e muito, por aquilo que tem sido divulgado pela imprensa, durante todos esses meses, e pelas ações da chamada Operação Lava-Jato. Qual foi a iniciativa, digamos assim, que esta CPI teve que pôde sair na frente do que a Operação Lava-Jato apurou ou que pôde sair na frente do que foi dito na imprensa em algum momento? Qual foi?

Então, eu acho que nós não podemos aqui fazer o debate entre os que querem e os que não querem apurar os fatos. As argumentações são razoáveis nas duas situações. Nós não podemos cometer o equívoco de tornar esta CPI motivo de chacota da sociedade.

Nós estamos vendo o gradual esvaziamento da CPI pelos Deputados, até pelo volume de trabalho, por haver outras CPIs funcionando, pela intensidade das votações no plenário, pela intensidade dos temas que diversas Comissões estão debatendo nesta Casa. Os Deputados estão, evidentemente, envolvidos nisso.

Creio que nós precisamos trabalhar dentro do contexto do bom senso, compreendendo que, além do Relator principal desta CPI, nós temos cinco Sub-Relatores, mais de 100 depoimentos feitos e uma tonelada de documentos vindos dos mais diversos...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Foram 138 depoimentos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Cento e trinta e oito depoimentos foram prestados aqui e há uma tonelada de documentos que precisam



ser analisados. Muitos deles já estão sendo analisados e outros, da PETROBRAS, da CPI do Senado, de outras instituições e da própria Lava-Jato ainda precisam ser analisados. Vamos lembrar que, em muitos momentos, a Justiça nos impediu de ouvir testemunhas e de ter acesso a documentos.

Então, o que eu acho é que nós precisamos trabalhar dentro do contexto do bom senso, compreendendo que todos os Deputados, por mais divergências partidárias que tenham, querem que esta CPI tenha uma conclusão positiva e aponte rumos para a melhoria das instituições, especialmente da PETROBRAS, aponte rumos inclusive para a melhoria dos trabalhos desta CPI, com reflexo no seu relatório, e das próximas CPIs que porventura esta Casa crie.

Portanto, eu creio, Sr. Presidente, que nós precisamos trabalhar para fazer as avaliações durante esse período e, aí sim, decidir, daqui a algum tempo, com base no que os Sub-Relatores e o Relator estão produzindo, se caminharemos para uma prorrogação ou não, o que eu acho que tem que ser feito de forma bastante racional, madura e fraterna no debate político e nas posições políticas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas expor uma questão de ordem prática.

Nós temos convocada para o dia de hoje uma reunião deliberativa para apreciar o requerimento de convocação do atual Presidente da PETROBRAS, Aldemir Bendine.

Acho que é inquestionável a necessidade dessa convocação. É muito importante que esta CPI faça aqui a oitiva do Presidente da PETROBRAS. Já estiveram aqui o ex-Presidente Gabrielli e a ex-Presidente Graça Foster, até porque, queiramos ou não, o encerramento desta CPI está programada para o dia 23 de outubro. Essa decisão de prorrogar o prazo da CPI, como bem disse, com lucidez e competência, o Deputado Onyx Lorenzoni, não está aqui neste Plenário. Essa decisão vai depender do Plenário da Casa. E já foi anunciada pelo Deputado Onyx Lorenzoni a intenção de levar essa deliberação ao plenário da Casa.



Por questão de natureza prática, Sr. Presidente, eu gostaria que o debate sobre a prorrogação fosse encerrado. Temos aqui para deliberar uma convocação importantíssima, do Presidente Aldemir Bendine. Esta CPI tendo encerrado seu prazo de funcionamento no dia 23 de outubro, não poderia ficar sem o depoimento do atual Presidente da PETROBRAS, até para que ele nos diga como encontrou a empresa, o que está sendo feito, quais são as proposições, o que ele poderia sugerir do ponto de vista de contribuição do Congresso Nacional para melhorar a *performance* dessa importante estatal.

Temos, em seguida, a oitiva de três delegados que estão prestando importantes serviços ao País na Operação Lava-Jato. Um deles é o Superintendente da Polícia Federal em Curitiba, Dr. Rosalvo.

Nós estamos ocupando o tempo dessas pessoas no dia de hoje para prestar os esclarecimentos que entendemos necessários, mas essas pessoas têm que ser liberadas em seguida para poderem cumprir com as suas tarefas, importantíssimas para a vida da sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. encerrasse o debate e colocasse em votação o requerimento de convocação do Dr. Aldemir Bendine.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço ao Deputado Antonio Imbassahy e aos demais.

Está encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não darei mais a palavra agora, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu queria pedir a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida darei a palavra a V.Exa. pela liderança do Democratas.

Ouvi atentamente todas as manifestações sobre o interesse em prorrogar a CPI e quero dizer que isso não depende deste Presidente nem do Relator, depende do Plenário da Casa. O Requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni, com muita competência, foi apresentado. E a Casa, o Plenário é que vai dizer se a CPI será



prorrogada ou não. Até o requerimento ser deliberado, eu tenho que trabalhar com o prazo que me é colocado até a data de hoje, 23 de outubro.

Aqui eu já aproveito para responder ao Deputado Ivan Valente sobre o questionamento relativo à pauta que foi divulgada ontem para o dia de hoje. Por que só consta um requerimento na pauta? Todos os Deputados aqui sabem que sempre fizemos aqui uma pauta muito democrática, inclusive pautando todos os requerimentos em quase 100% de todas as reuniões deliberativas, para que não fosse demonstrado nenhum tipo de protecionismo a quem quer que seja com relação às investigações da CPI. E sempre foram aqui apreciados, deliberados e aprovados os requerimentos, que comumente são alvo de acordo entre os partidos e de entendimento entre os Parlamentares, de maneira muito madura e responsável.

Por que o requerimento do Sr. Bendine foi o único colocado na pauta? Porque, como eu tenho que trabalhar com o prazo de 23 de outubro, eu não vou ser irresponsável a ponto de pautar diversos requerimentos, quando, na verdade, trabalhando com essa data, a CPI não teria condições físicas de ouvir essas pessoas. Estaríamos aqui aprovando requerimentos que não seriam executados por este Presidente. As convocações não poderiam ser marcadas; não haveria tempo hábil para ouvir todas as pessoas que existem na pauta, com o interesse de diversos Parlamentares em ouvi-las. Entendo que há pessoas importantes, que há requerimentos importantíssimos na pauta, mas depende da deliberação da prorrogação a nova reunião deliberativa. E digo com muita tranquilidade e com muita maturidade: se for prorrogado o prazo da CPI, vamos nos sentar e realizar a sessão deliberativa e seguir com nossos trabalhos. Até então, o que nós temos que fazer? Temos que ter uma pauta enxuta, que possa ser executada até a data-limite da CPI, 23 de outubro.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu gostaria de justificar aqui aquilo que é uma prerrogativa deste Presidente: a pauta da reunião deliberativa do dia de hoje. Por isso eu pautei única e exclusivamente o requerimento de convocação do Sr. Bendine, que vem a esta CPI tratar única e exclusivamente do assunto PETROBRAS. Foi um acordo feito entre partidos da Oposição e partidos do Governo. Inclusive está aqui o requerimento assinado pelo Relator, Deputado Luiz



Sérgio, do PT; pelo Deputado Antonio Imbassahy, do PSDB; pelo Deputado Celso Pansera, do PMDB; pelo Deputado Fernando Monteiro, do PP, e pelo Deputado João Carlos Bacelar, do PR. É um requerimento conjunto.

Eu fui procurado na tarde-noite de ontem por esses Parlamentares, que me solicitaram a vinda do Sr. Bendine aqui, que eu entendi de grande importância. Nós não trataremos de nenhum assunto que não seja PETROBRAS, até porque esta CPI precisa focar na sua investigação, para ele poder nos fazer um balanço de como encontrou a empresa; das ações que ele vem tomando para que a PETROBRAS possa ser recuperada com relação ao plano estratégico, ao que pretende fazer pelo bem da companhia, o que, acredito, é o pano de fundo dessa investigação toda, porque, além de punirmos os corruptos, eu acredito que nós precisamos dar à PETROBRAS a condição de se recuperar, pela sua importância para a economia do País.

Com todos esses argumentos eu justifico a inclusão na pauta do dia de hoje unicamente do requerimento de convocação do Sr. Bendine.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, quando concluir eu darei a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero aqui fazer essa justificativa e dizer que a prorrogação ou não da CPI dependerá do Plenário da Casa. O Deputado Onyx Lorenzoni diz que há previsão de que a proposição deverá ser apreciada na semana que vem. Se for aprovada, faremos uma reunião de trabalho para deliberar sobre os demais requerimentos.

Eu gostaria de colocar em apreciação o requerimento de convocação do Sr. Bendine. Darei a palavra, pela Liderança do Democratas, ao Deputado Onyx Lorenzoni; em seguida, à Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Desculpe, é só para incluir — e também gostaria que fosse anexado — o requerimento de minha autoria, do dia 30 de junho, de convocação do Sr. Bendine também.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E o de nossa autoria, Deputado Altineu Côrtes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos proceder da seguinte forma...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É o mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como há um acordo para o único assunto a ser tratado ser PETROBRAS, nós vamos incluir o Deputado Altineu Côrtes e a Deputada Eliziane Gama como autores.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Consequentemente, vão falar como autores. Vou autorizar a subscrição, porque todos os outros requerimentos de convocação do Sr. Bendine ficam prejudicados.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Perfeitamente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já autorizo aqui como autor...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu quero discutir o requerimento sobre a convocação do Sr. Bendine.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. vai discutir. Deixe-me colocá-lo em deliberação. Eu vou colocar em deliberação, e V.Exa. vai discutir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas antes da deliberação eu tenho que dar a visão que tenho como Parlamentar e pelo meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou abrir a discussão. Eu vou abrir a discussão. Eu não abri ainda.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ah! Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou apenas fazendo a justificativa e dizendo que nós vamos deliberar. Em seguida darei a palavra a V.Exa. pela Liderança, que é um direito regimental.

Encerrei a discussão porque nós temos três oitivas. Nós vamos ficar aqui discutindo e o dia inteiro acontecendo. Daqui a pouco há Ordem do Dia e tal, fica aquele vai e vem de votação nominal, que não ajuda ninguém.

Então, vamos deliberar.



Em discussão o Requerimento nº 1.130, de 2015, de autoria dos Deputados Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro; Antonio Imbassahy, do PSDB da Bahia; Celso Pansera, do PMDB do Rio de Janeiro; Fernando Monteiro, do PP de Pernambuco; e João Carlos Bacelar, do PR da Bahia; Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro, e Eliziane Gama, do PPS do Maranhão, que *“requer a convocação do Sr. Aldemir Bendine, Presidente da PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S/A para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero discutir, Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quero discutir.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. Em seguida, falará o Deputado Ivan Valente.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputada Eliziane, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei 1 minuto para a discussão.

O Deputado Onyx Lorenzoni tem a palavra. Falarão em seguida o Deputado Ivan Valente, a Deputada Eliziane Gama, o Deputado Celso Pansera e o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu quero dizer a V.Exa., com todo o respeito que tenho por V.Exa., que trazer o Sr. Bendine aqui para perguntar apenas pela administração da PETROBRAS, perdoe-me, tem cheiro de acordo. Trazer o Bendine aqui para falar das maravilhas que ele está fazendo na PETROBRAS, das maravilhas que ele vai fazer nos próximos anos — ele e a companhia —, é a mesma lógica do Governo Lula e do Governo Dilma, que inauguraram promessas esses anos todos no Brasil. Aí ele faz uma apresentação aqui, ninguém pode questionar sobre a roubalheira feita na PETROBRAS, e aí a apresentação dele vai ornar, adornar o relatório do Sr. Deputado Luiz Sérgio.

Então, Presidente, nós temos aqui coisas importantíssimas: Paulo Roberto Costa, Pedro Corrêa e José Eduardo Dutra. Houve uma reunião no gabinete do Presidente Lula para definir a nomeação do Sr. Paulo Roberto, que organizou um dos mais importantes tentáculos ou braços da corrupção na PETROBRAS. O



Presidente Lula mandou o Sr. José Eduardo Dutra! Quando estourou, lá na CPI dos Correios, o escândalo do Land Rover para o Sr. Silvio Pereira, ele fugiu, deixou de ser presidente, na época, da nona petrolífera do mundo para ser Secretário Municipal em Aracaju, porque ele estava enrolado até o pescoço!

Então, nós não trazemos isso e vamos trazer aqui o Sr. Bendine para fazer loas ao esquema de corrupção colocado? Eu sou contra. Eu quero trazer para cá quem nós podemos questionar sobre o que aconteceu.

O que eu falei aqui... O nobre Relator que me perdoe, mas ele é muito mais inteligente do que o que ele respondeu aqui. O que vai ser sepultada é a capacidade do Parlamento brasileiro, porque não há CPI no Senado, Presidente; só há aqui. O Congresso Nacional, se esse acordão der certo, vai lavar as mãos, Presidente, feito Pôncio Pilatos! E dane-se a sociedade brasileira! E dane-se o que aconteceu na PETROBRAS!

V.Exa. me perdoe, eu estou indignado, mas a minha indignação não é com V.Exa.; a minha indignação é em nome das pessoas no Brasil que querem ter este espaço para conhecer o que aconteceu no passado, para descobrir o que tem que fazer para o futuro. Nós somos submetidos a uma situação gravíssima! A lei da delação premiada tem que ser revista, Sr. Presidente. Não é possível que um delator confesso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então eu peço o tempo de Liderança do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 5 minutos pela Liderança do Democratas.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não é possível, Sr. Presidente, que um delator confesso venha ao plenário, com cobertura do Supremo Tribunal Federal, para omitir aquilo que já disse e confirmou em juízo! Quando se fecha a sessão de uma CPI, pode-se fazer com a mesma condição da sala do Dr. Sérgio Moro, lá em Curitiba, da 13ª Vara. Que diferença há? Aliás, a nossa é menos permeável a vazamento do que a sala da 13ª Vara, porque ele, pelo Código Penal, é obrigado a tomar depoimento com os advogados das partes do processo, e os advogados



vazam. Aqui não, reúne-se só Parlamentar e o comando técnico da CPI. Não há vazamento, Sr. Presidente. Como é que o Supremo não reconhece isso? Então, vamos mudar a lei.

Feita a delação e homologada em juízo de reunião sigilosa de qualquer CPI, aquele que fez o acordo aqui, reproduz o acordo ou perde o acordo. O poder está na nossa mão. É adequar a legislação. E esta CPI, Sr. Presidente, não teria que criar uma sub-relatoria assim como tantas.

O nobre Deputado Altineu Côrtes faz um belíssimo trabalho. Por que não de normas de combate à corrupção, de revisão da legislação brasileira? Quantas e quantas coisas que nós recebemos do Ministério Público e da própria Polícia Federal, Deputado Francischini, de que desejam alterações para melhorar o processo investigativo? E agora nós vamos convocar, em vez de trazer aqui testemunhas importantes, o Sr. Milton Pascowitch. Passou aqui uma conversa na CPI, e ele tem muito para revelar.

A delação do Sr. Ricardo Pessôa está lá no Supremo, parece que está indo para a 13ª Vara. Será que nós não temos nada a investigar e a oferecer ao conhecimento da população brasileira?

O Sr. Ricardo Pessôa, que provavelmente se referia ao Sr. Gilberto Carvalho como o bovino religioso, estava cobrando dinheiro para a campanha da Presidenta Dilma. Está aí, entra no *site Congresso em Foco*, entra em *O Estadão*. Os vazamentos estão acontecendo, e a CPI tem obrigações.

Agora, recentemente, o ex-Presidente Lula é flagrado em tráfico de influência a favor da Odebrecht. O Marcelo Odebrecht, lá em Curitiba, só faltou passar um sabão na CPI. Eu não estava lá, porque estava com problema na coluna, lamentavelmente, se não teria passado o sabão de volta nele. Ou seja, esta CPI, Sr. Presidente — eu apelo para a compreensão dos Parlamentares —, tem uma responsabilidade gigantesca diante das expectativas da sociedade brasileira. O cidadão brasileiro não pode olhar para o Parlamento brasileiro e dizer: “*Não adianta; não dá para confiar nesses caras; termina tudo em pizza*”. Eu sei que não é o desejo de V.Exa., e eu quero registrar isso publicamente. Conheci V.Exa. ao longo deste trabalho e tenho por V.Exa. absoluto respeito e admiração. Não é também o desejo dos Vice-Presidentes desta CPI. Agora, nós não podemos, Sr. Presidente, fazer um



faz de conta aqui. Vem o Sr. Bendine para trazer ali, como veio o Sr. Vaccari ou o Sr. José Sérgio Gabrielli, para passar um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx Lorenzoni, permita-me.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Essa é a minha opinião política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, eu lhe darei a palavra. Permita-me só uma colocação. Darei o tempo de V.Exa., serei complacente. A convocação do Sr. Bendine é importante na nossa avaliação pela questão do futuro da empresa e para vermos as medidas que foram tomadas justamente do combate à corrupção. Então, tudo o que for inerente à PETROBRAS, desde os casos antigos, as providências tomadas e as perspectivas de futuro poderão aqui ser abordados de maneira muito tranquila. O que eu deixei claro é que assunto que não seja PETROBRAS não interessa a esta CPI. Foi isso que eu quis deixar claro aqui. Mas não há nenhum tipo de protecionismo ao Sr. Bendine, até porque ele tem que vir aqui prestar esclarecimentos. Ele preside uma companhia estatal e deve a esta Casa e ao povo brasileiro satisfação. É isso que nós vamos fazer. Então, não há aqui, para que V.Exa. não entenda mal, nenhum tipo de acordo para proteger quem quer que seja, e, sim, estamos trazendo aqui o Presidente da companhia, a qual nós estamos investigando. Eu só queria deixar isso aqui registrado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, na minha leitura, posso fazer essa leitura, tenho legitimidade para fazer essa leitura, está se tratando de trazer o Presidente da estatal. Volto a lhe dizer: vai trazer um Datashow aqui com coisas maravilhosas, como a Sra. Maria das Graças Foster fez, como o catedrático Sérgio Gabrielli veio aqui nos ensinar como é que se prospecta petróleo no mundo. Mas a roubalheira, se cumprir o Estatuto da PETROBRAS ou as normas internas da companhia, a Sra. Venina veio aqui dizer que durante 1 ano e meio pediu para que fosse feito isso. A dona Dilma era Presidenta do Conselho de Administração, e as informações chegavam lá. E as remessas eram de 2 bilhões de reais para 20 bilhões, e ninguém fez nada, Sr. Presidente! Ele vem aqui para fazer conversa mole, ele vem aqui para fazer conversa fiada! Eu não vou acreditar em uma palavra, até que me provem com atos.



A PETROBRAS, através do seu comando político nos últimos anos, não merece crédito da população brasileira. A Sra. Venina disse isto aqui, ela foi calada e transferida, ela foi ameaçada pela quadrilha colocada na PETROBRAS. Quem me garante que o Sr. Bendine é um cidadão que está corretamente tocando a PETROBRAS? Ou não estão mantendo algumas obras que são fruto dos contratos anteriores com a mesma quadrilha, o mesmo clube do bilhão? Continuam operando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O que se descobriu até poucos dias atrás, e que (*ininteligível*) inclusive o Ministério Público Federal, é que estão pagando propina até durante a Operação Lava-Jato.

Presidente, eu termino aqui respeitando todos os colegas e V.Exa. Não poderia calar-me no momento em que vejo a iniciativa de trazer o Seu Bendine aqui para dar um aparente fecho para uma CPI que não pode ser fechada, um aparente fecho de preocupação com o presente e o futuro de uma empresa que ainda não passou suficientemente seu passado, de uma empresa que joga, hoje, na vida das pessoas, e nós aqui vamos esquecer que o que foi feito pela PETROBRAS... Estiveram aqui pessoas que participaram do Conselho de Administração apontando para Guido Mantega, que, durante o período pré-eleitoral, manteve artificialmente, quebrando a legislação, cometendo crime de responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...mantendo o preço da gasolina artificialmente, e hoje é o trabalhador, a trabalhadora que está pagando a conta, na bomba, quando vai abastecer o carro para trabalhar, Presidente, o seu caminhão para levar mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Concluirei em 1 minuto.

Nós que ainda estamos aqui no meio de uma investigação vamos dizer: "*Não, já fizemos a nossa parte*". Fizemos nada, Presidente! Tem que ir adiante.

Presidente, de maneira leal com V.Exa., esse debate nós vamos levar para o Plenário da Câmara dos Deputados. Mas eu gostaria muito de ver a unanimidade dos membros desta CPI assinando esse documento, a unanimidade dos membros desta CPI defendendo a sua continuidade, porque a investigação parlamentar é a



primeira razão para existir Parlamento no mundo. Os Parlamentos foram criados no mundo para fiscalizar os atos do Poder Executivo, e acabar com esta CPI é negar o nosso maior compromisso com a população brasileira. Eu não quero e no que depender da minha vontade, da minha luta, vou tentar manter esta CPI de pé para que a sociedade brasileira tenha um espaço de conhecimento, reflexão e transformação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Ivan Valente, para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós estamos discutindo aqui somente um requerimento, que é a convocação do Sr. Aldemir Bendine. Eu digo que o Sr. Aldemir Bendine não é investigado, é Presidente da estatal. Não há nenhum problema em trazer o Bendine aqui, mas eu queria só dizer que qualquer Comissão desta Casa, até a de Defesa do Consumidor, passando pela Fiscalização e Controle, pode convocar o Sr. Bendine para dar as explicações necessárias.

Vejam: ele não é foco da CPI. O foco da CPI é investigação de corrupção, dos malfeitos.

Eu prestei atenção nas falas que vieram depois sobre a necessidade de prorrogarmos a CPI. Estou impressionado, porque levantamos um problema gravíssimo que envolve o Presidente da Casa. Não houve um Deputado que se referiu a isso. Um silêncio ensurdecedor, ensurdecedor.

Eu queria me referir às falas, a começar pela do Relator. Ele está preocupado em dizer que nós não estamos sepultando nada, etc. Desculpe-me, Relator, as suas iniciativas têm sido muito poucas aqui. Eu quero dizer isso claramente. É eloquente o seu silêncio em relação a pedidos que nós fizemos há meses aqui e a requerimentos aprovados, entende?

E a fala aqui do Deputado Prascidelli, do PT, é uma fala de encerramento da CPI. Aliás, Deputado Imbassahy, perdoe-me a franqueza também, eu peguei uma frase de V.Exa. — não sei se foi um ato falho —, que disse assim: “*A CPI não poderia deixar de ouvir, já que está se encerrando, o Sr. Bendine*”. Mas ela não está se encerrando. Eu quero colocar uma questão: é óbvio que quem vai deliberar é o Plenário.



O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Deputado Ivan, com todo o respeito, nós temos um prazo, que é o dia 23 de outubro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, sim, eu sei, Deputado Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Ela pode, inclusive, ser até postergada, mas neste momento eu quis colocar isso, Deputado. Só para esclarecer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria esclarecer a V.Exa. que quando há vontade política, se daqui desta CPI partir de todos os partidos "*Vamos continuar a investigação*", eu duvido que o Plenário da Casa não prorrogue a CPI. É evidente. Se há aqui o abaixo-assinado do Deputado Ônix que tem só dez assinaturas e há 40 na CPI — "*A maioria é contra*" e tal —, é óbvio que aqui há um problema real. Entende? Ao PT não interessa, ao PMDB, por causa do Sr. Eduardo Cunha, e — desculpem-me — com a conivência do PSDB, cujo Líder da bancada até abandonou a CPI. Ele só vinha aqui para fazer discurso. Nunca mais veio, porque trata diretamente lá, para blindar o Sr. Eduardo Cunha. Entende? E o PMDB, obviamente, por dever de ofício, blindar o Sr. Eduardo Cunha aqui na Comissão.

Agora, nós temos que investigar, temos que fazer uma investigação global. Deputado Altineu, alguém disse: "*Nós precisamos ser práticos, nós temos que oferecer alguma coisa à sociedade*". É verdade, Deputado, nós temos que oferecer, mas há muita coisa...

Os operadores já vieram aqui. Nós já temos uma noção de como foram as indicações do Barusco, do Duque, etc. e tal. Os doleiros, nós conseguimos ouvir alguns, não todos, porque se ouvíssemos todos, seria muito interessante, mas aqui não interessa ouvir alguns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, para concluir. Está V.Exa. discutindo o requerimento com outros assuntos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para concluir, Presidente.

Quero dizer que só não convocamos aqui exatamente quem? Os políticos, exatamente os beneficiários e indicadores. Esses nós não conseguimos ouvir, os que estão diretamente implicados. Como é que nós vamos oferecer alguma coisa se não ouvimos o principal, que é aquilo que temos de mostrar para a sociedade e tirar



até sugestões de projeto de lei, de encaminhamentos, etc. e tal, para a CGU ou para o Ministério Público etc. É óbvio que não.

Portanto, Presidente, é evidente que existe uma lógica de sepultamento da CPI aqui. Eu quero colocar que esse acordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço meu tempo de Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço à Secretaria que me informe se o Deputado Ivan já usou o tempo de Líder esta semana. Como está?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu tenho tempo de Líder por sessão, Presidente. O PSOL já tem os cinco Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero concluir, Presidente.

Quero dizer que do jeito que nós trabalhamos aqui, podemos ouvir 130, 140 pessoas, o problema é: quem nós ouvimos? Para que nós queremos ouvir? O que nós vamos sugerir? É a imparcialidade que nós vamos demonstrar. Entende?

É óbvio que nós poderíamos ter chegado aqui há muito mais conclusões, era só ouvir os doleiros, não só o Sr. Alberto Youssef, mas o Sr. Rafael Ângulo, o Sr. Jaime Oliveira e tantos outros. Esses operadores vão aparecendo. Agora há mais dois, o Sr. Fernando, o Sr. João Henriques, etc. Todos operadores, todos com conta no exterior. Apareceu a conta, hoje, na Suíça. Cara de paisagem aqui na CPI! O que é isso, gente? Isso é um escândalo! A gente não se pronunciar sobre isso aqui! No primeiro dia... Na próxima audiência da CPI, eu vou trazer a gravação do Presidente da Casa, Eduardo Cunha. Ele se propondo a aparecer a qualquer momento aqui. Então, não depende nem de aprovação no meu requerimento.

Presidente, aqui as falas mostraram claramente, inclusive de vários Parlamentares do PMDB, que é o seguinte: *“Nós já fizemos o possível. A Lava-Jato vai de jato, e nós vamos de Fusca”*. Não! O problema da CPI não é ser mais rápida que a Polícia Federal, nem ser mais rápida do que o Ministério Público, é ela botar o dedo na ferida certa, como decisão política. Aqui nós fazemos política, mas temos o dever de investigar.



No caso do Sr. Bendine, não vai ser investigado, porque ninguém vai pedir a quebra de sigilo dele. Ele não está implicado diretamente. Pelo menos é o que aparenta. Bom, o que se vai falar: *“O que você vai fazer? O que foi feito? Como é que está o Estado?”* Isso pode ser feito em qualquer Comissão da Casa.

Enquanto isso, poderíamos ouvir todos esses maleiros, doleiros, operadores e aqueles que, aos borbotões, estão acusando o Presidente da Câmara dos Deputados — o chefe da instituição, a quem esta CPI está subordinada. Só isso. E quem vai colocar em votação em plenário esse requerimento é o Presidente da Casa, com a sua base de apoio etc. Deputado Onyx, não temos muita esperança, não é?

Então, é aqui que nós temos que buscar a maioria. A maioria da CPI, se quiser investigar, vai assinar o requerimento de prorrogação, e vamos fazer uma nova programação. Vamos, sim, ouvir.

Presidente, eu só quero finalizar dizendo: V.Exa. decidiu pela chamada do Sr. Bendine a partir do requerimento que foi apresentado. Mas V.Exa. ouviu o resto das bancadas? Não. Eu não fui ouvido, nem o Deputado Onyx, nem os outros foram ouvidos.

Certamente a CPI tem muito por fazer, mas precisa vontade de fazê-lo. Não vai ser uma blindagem de interesse de um, dois, três partidos, por motivos diversos, que vai blindar a CPI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, para discutir.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, primeiramente, eu achei muito estranho ter que fazer um novo requerimento para a convocação do Bendine, se nós já tínhamos requerimento. E parece que o foco ficou muito nesse novo requerimento, que, para mim, passa a impressão de que é um requerimento meio que limitando a ação, a atuação e as informações do próprio Presidente. Eu acho que não precisam ser limitadas.

Naturalmente, como já foi colocado aqui, ele não é o investigado hoje, por exemplo, da Operação Lava-Jato.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há limite algum. V.Exa. vai poder usar o seu tempo de autora, os 5 minutos, para poder questionar o Sr. Bendine à vontade.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, não. Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É porque é o seguinte: a partir do momento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu só estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho aqui, como Presidente... Eu já expliquei isso duas ou três vezes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Depois V.Exa. repõe o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou repor o seu tempo com tranquilidade, Deputada Eliziane.

Foram colocadas aqui insinuações de que há um protecionismo ao Sr. Bendine. Primeiro, se houvesse protecionismo, nós não o estaríamos convocando. Agora, dizer aqui que não é importante trazer o presidente da companhia que nós estamos investigando para saber as providências que ele está tomando, para saber o futuro da PETROBRAS, eu acho que é um excesso, é um excesso...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu não estou falando isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou concluir e darei a palavra a V.Exa.

Há um excesso de vontade de criticar os trabalhos da CPI. Como não há o que criticar, voltam-se as baterias para o motivo, que, na minha avaliação, não merece crítica alguma. Pelo contrário. Merece ser elogiada a disposição de trazer aqui o Presidente da PETROBRAS. Esta é uma avaliação pessoal minha e gostaria de deixar isso aqui registrado.

Não há nenhum tipo de protecionismo, Deputada Eliziane. Todos os autores dos demais requerimentos já apresentados irão falar no dia da convocação. Se o requerimento for aqui aprovado, os autores de requerimento poderão questionar, sobretudo sobre assunto inerente à PETROBRAS.



Então, não há — repito aqui — nenhum tipo de protecionismo, nem por parte deste Presidente, nem do Relator, nem dos demais autores, ao Sr. Aldemir Bendine, Presidente da PETROBRAS. Eu gostaria de deixar isso aqui registrado.

V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só pedindo a V.Exa. mais um pouquinho de tempo.

Só quero dizer a V.Exa. que eu não estou dizendo isso, Presidente. Eu não estou questionando se é importante ou se não é importante. É importante a vinda dele. Até porque nós já trouxemos aqui outros presidentes, em um momento em que tivemos uma concentração muito maior, por exemplo, de corrupção e pagamento de propina — Gabrielli, Graça Foster e outros mais. A questão não é essa.

Nós precisamos entender que faltam aí quatro semanas para a finalização dos trabalhos da CPI, e eu, por exemplo, defendo a prorrogação da CPI porque não acredito que vamos conseguir ouvir, nesse curto espaço de tempo, pessoas indispensáveis para a investigação.

Por exemplo, nós aprovamos o requerimento de convocação do Paulo Okamoto. Eu quero fazer um apelo a V.Exa. para que o traga nesse período agora, até essa primeira fase, porque ao que parece já houve — para mim isso fica muito claro — um acordo para finalizar os trabalhos da CPI.

Por exemplo: nós fizemos aqui requerimentos de convocação do Lula, de convocação do Palocci. Nós fizemos a convocação dos 49 que vieram na lista do Janot. Nenhum dos nomes políticos veio aqui. O Cunha veio de forma espontânea. Não prestou aqui a fala de não mentir, de se comprometer, por exemplo, com a verdade.

Nós fizemos o pedido de acareação do Cunha com o Júlio Camargo. Nós pedimos as quebras desses nomes que eu acabei de citar, e nada disso aconteceu. E, de repente, nós tínhamos uma deliberativa exclusiva para ouvir o Bendine. Ótimo, vamos aprovar, e eu, inclusive, serei favorável à aprovação.

Agora, a gente não pode finalizar esta CPI sem ouvir esses nomes, Presidente. Eu quero fazer um apelo a V.Exa. Então, se vai finalizar no prazo de 20 dias, vamos fazer aqui um intensivão e ouvir, porque nós temos 200 requerimentos



aprovados aqui, ou mais do que isso. E alguns dessas pessoas, que já poderiam ter vindo aqui, não vieram.

Nós ficamos ouvindo aí à deriva. Nós ficamos ouvindo aí, por exemplo, os delegados, alguém que foi acusado de não sei o que aí, de investigar a investigação, enfim, nós não focamos a investigação.

Então, eu quero pedir a V.Exa., se nós não formos prorrogar, porque parece que não vai ser prorrogado...

A definição aqui da CPI já é um espelho para o Plenário desta Casa. Então, nós precisamos nos concentrar, Presidente, e ouvir essas pessoas que eu acabei de citar aqui, sob pena de nós sermos desmoralizados, porque é o que poderá acontecer na sociedade brasileira. CPI aqui no Congresso Nacional para a opinião pública — todos precisam estar conscientes disso — é sinônimo de que acaba em pizza, e nós não podemos aceitar isso aqui nesta CPI.

V.Exa. é jovem, fez um trabalho brilhante aqui nesta CPI, reconhecido nacionalmente. Então, eu quero fazer um apelo a V.Exa., vamos colocar na pauta, nesses dias que vão chegar daqui a pouquinho, de finalizar esta CPI, esses nomes, para poder, de fato, finalizar com brilhantismo os trabalhos desta CPI.

É o meu apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, eu estive na PETROBRAS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso, V.Exa. é o Deputado que está fazendo uso da palavra, mas existe, antes de V.Exa., o Deputado Altineu. Há uma expectativa de que a Ordem do Dia se inicie a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu ia fazer a defesa do requerimento. Não tem problema. Põe em votação e, depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de apreciar o requerimento. Darei a palavra a V.Exa. em seguida.

Então, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.



Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 1.130, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Com o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Voto contrário do Deputado Onyx. Mais algum voto contrário? *(Pausa.)* Voto contrário do Deputado Onyx.

O requerimento está aprovado.

Deputado Celso Pansera, para discutir.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Qual é o meu tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estava aqui dando em média 2, 3 minutos a cada um para fazer a discussão. Se esse tempo for suficiente para V.Exa., bem, senão, V.Exa. pode usar o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu vou pedir o de Líder, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A gente escuta os discursos combativos, combativo, combativo, dono da verdade, vestal da moralidade, agora, tem responsabilidades de maioria e trabalho de minoria.

Nós temos esse tempo todo tocado esta CPI com a responsabilidade de compor maioria, para a CPI trabalhar. Esse requerimento aprovado hoje não tem cheiro de acordo; ele é um acordo. Foi feito um acordo entre os partidos majoritários aqui dentro, dentro do atual prazo de vigência da CPI, que é dia 23 de outubro.

Eu fui daqueles que, nos demais momentos em que venceu a CPI, pedi a prorrogação. Eu fui favorável à prorrogação da CPI. Agora nós estamos fechando 8 meses de trabalho da CPI, 8 meses de trabalho da CPI.

Esta Casa aprovou um número imenso de leis, PECs, medidas provisórias. Ontem mesmo nós aprovamos a medida provisória que acaba com o fator previdenciário, que é uma grande conquista da população brasileira. Eu participei da Comissão Mista que discutiu e aprovou o relatório de consenso entre Oposição e Governo, junto com o Ministério da Previdência, com promessa e acordo de não vetar o que nós aprovamos ontem.



Estão acontecendo agora duas reuniões para discussão de medidas provisórias, das quais eu faço parte, e eu gostaria de estar lá contribuindo para que essas medidas provisórias avancem, dentro da minha visão daquilo que tem que avançar, e estou aqui na CPI. É um trabalho deste Parlamento tão digno e tão importante quanto os outros. Agora, é inegável que nós estamos, há 8 meses, trabalhando na CPI, e é hora de dar uma parada para organizar um conjunto de leis que nós podemos propor, a partir daqui, inclusive melhorando a legislação que rege as CPIs.

Eu fui um dos Parlamentares cujos requerimentos mais sofreram *habeas corpus* no Supremo. Houve diversos *habeas corpus* a requerimentos meus. Estivemos no Supremo por duas vezes, conversamos com dois Ministros, e ficou muito claro que, com as mudanças e as modernizações da legislação criminal e civil brasileira dos últimos anos, muda também o papel do Parlamento a partir das CPIs. Nós temos que atualizar isso, e é o momento de fazer isso.

Eu queria dizer aos Deputados que o mundo real, que está lá fora, cobra de nós muita coisa, inclusive medidas para mitigar a crise econômica. Eu estive na PETROBRAS duas vezes, recentemente, por ações que não estavam vinculadas a esta CPI, por ações que estavam vinculadas à Comissão de Fiscalização e Controle, buscando alternativa para a falência da indústria naval no Estado do Rio de Janeiro, gerando milhares e milhares de desempregados. E as pessoas, elas têm a sensação de que o Parlamento tem que atuar sim na questão da economia para resolver a crise econômica. As pessoas têm a Lava-Jato como uma função primordial da Justiça e do Ministério Público, e não deste Parlamento. Elas reconhecem — e estão corretas — que a ação do Ministério Público e da Polícia Federal em relação à Lava-Jato está andando bem e está condenando quem tem que condenar, inocentando quem tem que inocentar e está funcionando, há mais de 1 ano, há 1 ano e meio.

Então, a sensação que a gente tem fora daqui, quando conversa com as pessoas, é que o cidadão e a cidadã querem que a economia volte a funcionar, os empregos voltem a ser criados e as pessoas consigam voltar a viver melhor, a melhorar a sua expectativa de vida e deixar a justiça sendo feita pela Justiça.

E como nós já tivemos três — esta é a terceira CPI que trata da questão da PETROBRAS —, nós podemos ter quatro, não tem nenhum problema. A gente



aprova aqui um conjunto de medidas para melhorar a legislação, inclusive das CPIs, e não tem nenhum problema de voltar com uma nova CPI. É só fazer o recolhimento das assinaturas, como foi feito para essa, levar para a Mesa, aprovar e instalar uma nova CPI, a partir dos marcos do que a gente for avançar nestas daqui. Não existe proteção de ninguém, não existe bloqueio para ninguém. Nós chamamos mais de 130 pessoas aqui para falar. Diversas delas vieram aqui e não falaram. De todos os partidos, não teve nenhum partido que não teve requerimento aprovado, não teve nenhum partido que tenha proposto alguma oitiva e que não teve gente aqui sendo chamada.

Agora, nós estamos no limite do que esta CPI pode fazer, porque a Lava-Jato, V.Exas. podem ver, nas últimas semanas, não tem feito também mais operações de prisão, de busca de informações. Ao que parece a própria Lava-Jato, lá na Justiça, também está num momento de reorganização e de aprofundamento das investigações daquilo que já existe.

Nós ouvimos do Ministro Teori Zavascki, por exemplo, sobre a questão do Ricardo Pessoa, que a delação dele é tão extensa, tão complexa que tem muita prova para gerar ainda. E ele esteve aqui e falou que não poderia aprofundar as falas dele, porque ele estava ainda sob o sigilo da delação, que não havia ainda produzido todas as provas necessárias. Essa é a complexidade da legislação, é assim que funciona o Estado de Direito, e é assim que tem que funcionar.

Então, nós do PMDB, que atuamos nesta CPI desde o início, estamos discutindo internamente e achamos que esta CPI, de fato, tem que cumprir o papel dela, tem que agora fazer bons relatórios, os relatórios do nosso Relator e dos Sub-Relatores, propor mudanças na legislação e, se for necessário, criar em breve uma nova CPI para atuar sobre a questão da Lava-Jato. Mas esta cumpriu a sua tarefa, pode cumprir uma grande tarefa de propor mudanças na legislação e pode pavimentar o caminho, para que uma nova CPI, que trate da Lava-Jato, que trate da PETROBRAS, venha a ter sucesso inclusive naquilo que nós não pudemos entrar, que é a análise do processo dos políticos. O que tem até agora sobre os políticos são denúncias e abertura de inquéritos. Não existe sequer uma condenação, não existe sequer um político fazendo delação premiada, e nós temos que aguardar o tempo da Justiça, o tempo que for necessário, garantir o direito da defesa, do



contraditório a todos, para que se defendam e, se for necessária uma nova CPI, este Congresso, com certeza, saberá cortar na própria carne e fazer aquilo que tem que ser feito.

Então, Presidente, eu concordei ontem com o acordo que nós fizemos em relação a trazer o Aldemir Bendine aqui. Como falei, estive na PETROBRAS duas vezes. Há uma preocupação muito grande em relação ao plano de investimento da PETROBRAS. Eles tiveram a coragem de reconhecer no balanço um prejuízo de 6 bilhões de reais em relação à Lava-Jato. Foi um atitude de coragem. Tem que dar o crédito a quem merece o crédito, ouvir as estratégias da empresa a partir daqui e, depois, se for necessário, a gente recolher assinatura, aprovar uma nova CPI. E a CPI, a partir de um novo momento, avançar nas investigações que forem necessárias, não só da PETROBRAS, mas também com as injunções que possa ter, e comprovadamente ter, aqui dentro do Parlamento brasileiro.

Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só para fazer o registro, Sr. Presidente, de que o PPS não participou desse acordo aí que o Deputado Pansera cita.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O acordo foi feito pelos partidos que têm maioria aqui dentro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem o PSOL, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, para discutir.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu tenho 30 segundos. Eu queria dizer que acordo se faz com quem quer fazer acordo. Não adianta fazer acordo fora daqui e vir aqui, depois, jogar para plateia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas é só um registro. Só quero fazer um registro.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Então, a gente faz acordo com quem quer acordo.

Obrigado.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu não estou nem criticando o acordo. Agora, este acordo o PPS não fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. some o tempo de Liderança do PR, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo. Antes, eu gostaria de encerrar a reunião deliberativa e já convidar o Sr. Maurício Moscardi Grillo, Delegado da Polícia Federal, convocado pela aprovação do Requerimento nº 924, de 2015, de autoria do Deputado Aluisio Mendes e do Requerimento nº 929, de 2015, de autoria da Deputada Maria do Rosário, para tomar assento à mesa.

Enquanto ele se desloca, V.Exa. tem a palavra pela Liderança do PR, com o tempo de até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero dar os parabéns a V.Exa. e aos autores deste requerimento em que aprovamos a vinda do Presidente Bendine, que é muito importante. E o Presidente Bendine não vai vir aqui fazer a apresentação que o Presidente Gabrielli fez, com certeza — com certeza!

Eu, por exemplo, quero arguir o Presidente Bendini sobre quais foram as suas atitudes em relação à equipe da PETROBRAS hoje. Eu tenho notícias de que pessoas que substituíram Renato Duque ocupam a mesma função. Eu tenho notícias de que pessoas comandadas pela Graça Foster têm hoje um mando, senão igual, talvez até superior ao do Presidente Bendine. Eu tenho notícias de problemas no jurídico da empresa. Eu quero saber como funcionam as contratações jurídicas da empresa, quantos advogados têm a PETROBRAS, quantas causas têm a PETROBRAS.

Ele não vai vir aqui sentar para fazer a apresentação que o Sr. Gabrielli fez. O Sr. Gabrielli pegou esta CPI naquele primeiro momento, quando a gente não entendia bem o que tinha acontecido.

Eu fico bastante preocupado, Sr. Presidente, porque a *Folha de S.Paulo* de hoje traz uma matéria inócua, que diz: “*PETROBRAS muda...*” A matéria não, a notícia que a PETROBRAS passa é: “*PETROBRAS muda sistema de licitações para*



tentar combater corrupção”. O Presidente anuncia que está colocando mais um gestor, que a assinatura agora é de dois.

Ora, quando tivemos a aprovação de Pasadena, pelo Conselho da PETROBRAS, com todas as pessoas preparadas que estavam ali, querer dizer que está colocando mais uma pessoa para assinar, que está mudando o sistema?

Eu quero saber da gestão da empresa, da governança da empresa, da transparência da empresa, das pessoas, se foram trocadas, as pessoas que faziam parte do esquema, se foram trocadas ou se não foram trocadas, ou se estão lá ainda; se os contratos e os pareceres jurídicos estão assinados, se o setor de custos da empresa continua aquele mesmo de antes, ou se o Presidente Bendini mudou essas pessoas. A notícia que nós temos é de que ele não mudou as pessoas.

Então, isso me preocupa bastante, sobretudo a minha revolta é com a palavra do Presidente Bendini quando ele diz do plano de negócios da PETROBRAS. Eu não estou vendo, Deputado Celso, as ações que correspondem à palavra dada quando anunciou o plano de negócios.

Por exemplo, em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, está acontecendo ameaça, ontem, de 800 demissões. O Presidente tem que vir aqui dizer se ele tem palavra, quando ele disse que iria terminar as obras do COMPERJ e que não ia ser paralisado, por exemplo, o processamento de gás, ou se existe um problema de pagamento, isso e aquilo, e vão ser demitidas as pessoas.

Eu acho que o Presidente Bendini tem que explicar o que ele está fazendo na PETROBRAS. Foi Presidente do Banco do Brasil, entende muito da área financeira, mas eu quero saber se ele trocou as pessoas. Vou vir com o organograma da empresa e perguntar a ele: Quem indicou a diretora de exploração e produção? Foi a Graça Foster? O senhor tem comando sobre ela? Os contratos na área jurídica, o senhor é responsável por eles?

Então, vai ser muito bem-vindo aqui o Presidente Bendini. Desde o dia 30 de junho, eu havia feito esse requerimento.

Sr. Presidente, quero dizer aqui também que eu sou favorável à prorrogação da CPI. Eu tenho me empenhado bastante na CPI. Eu respeito profundamente os Deputados que pensam o contrário. Cada um tem a sua maneira de enxergar, mas eu acho que esta CPI não pode ser finalizada neste momento. Esta é a CPI mais



importante do País. Esta CPI não é uma CPI da Lava-Jato. Esta CPI é uma CPI da PETROBRAS.

Eu coloquei aqui contratos de transporte de helicóptero, de fretamento aéreo, de 40 bilhões de reais. Nós não investigamos. Contratos de transportes, contratos de informática, contratos de prestação serviços de bilhões e bilhões de reais que não foram alcançados pela Lava-Jato. E nós não investigamos.

Nós temos que ter tempo para investigar. É a porta do Congresso Nacional para responder ao voto daquele eleitor que votou no Altineu Côrtes, que votou nos outros Deputados. Ou será que o Congresso Nacional neste momento vai terminar a CPI do processo de maior corrupção no País?

Eu acho que, se um Deputado, e respeitando a opinião de cada um profundamente, eu tenho aqui feito amizades, tenho aqui tido exemplos de condutas de vários Deputados mais experiente do que eu, mas, se um Deputado tem outros afazeres, e nós temos, porque, por exemplo, agora eu poderia estar na CCJC, acabei de receber e não estou, mas, então, ou saio da CCJC, eu estou lá, falei com o partido que envie um suplente, ou saio da CPI. Então, troque na CPI aquele que não tem condições mais de ficar, que o partido indique outro. Agora, terminar a CPI da Lava-Jato é uma situação muito delicada.

Eu gostaria de perguntar aos eleitores do Estado Rio de Janeiro se eles acham que o Congresso Nacional tem que ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito aberta ou fechada para investigar a PETROBRAS. Deixar tudo na mão do Judiciário? Eu não acho que isso seja correto. Eu acho que o Parlamento tem que cumprir o seu papel. Espero que esta CPI seja prorrogada, respeitando as opiniões contrárias. Eu tenho aprendido muito aqui com os nobres colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes e cumprimento o Delegado Maurício Moscardi Grillo.

Tendo em vista o teor do requerimento aprovado e considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus nº 130.553, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os direitos constitucionais. Informo, entretanto, a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a



versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. O Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

Com a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, o Delegado Maurício Moscardi Grillo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem antes do início do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Fernando Francischini tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, nós estamos aqui em uma investigação. Junto com V.Exa., fiz parte da primeira CPMI da PETROBRAS — aliás, fui o autor da primeira CPMI da PETROBRAS — e me preocupa que delegados que participaram da investigação diretamente, sob segredo de Justiça, que conduziram investigações que estão revelando esquemas de corrupção milionários, quiçá, bilionários pelo País, venham trazer depoimentos que possam colocar, perante a opinião pública, perante o nosso País, em risco uma operação como a Operação Lava-Jato.

Então, eu requeiro a V.Exa., com apoio dos nobres colegas, que nós possamos transformar esta audiência pública em uma audiência reservada, guardando as notas taquigráficas, guardando todos os detalhes importantes, mas que nós possamos conduzir essa investigação interna, de um problema interno da Polícia Federal, sem que possa haver uma contaminação da Operação Lava-Jato, principalmente colocando — o que é uma coisa esdrúxula — como investigados os investigadores que conduziram a operação que desmontou o maior esquema de corrupção no nosso País.

É este o meu requerimento. Eu gostaria do apoio dos nobres colegas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.



Regimentalmente, como V.Exa. não é membro desta CPI, fica impossibilitado de fazer esse pedido.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, mas eu sou membro, então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, V.Exa. é membro. Pronto.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Então, está subscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

Nós temos tido uma praxe, Deputado Augusto Coutinho e Deputado Fernando Francischini — e V.Exa. tem o meu respeito, inclusive estivemos juntos lá na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle durante todo o ano de 2014 —, de deixar a decisão mais a cargo do convocado.

Geralmente, nós fazemos a indagação se o convocado prefere que a reunião seja feita reservadamente, com o intuito também e o comprometimento de ele responder aos questionamentos, porque também não há sentido transformar reunião em reservada, se ele for optar pelo direito constitucional que o Supremo Tribunal Federal já, mais uma vez, reafirmou aqui de que o depoente poderá ficar em silêncio. Não há sentido transformar a reunião em reservada se ele for ficar em silêncio.

Então, é um procedimento que nós temos adotado desde o início dos trabalhos da CPI. E não temos aqui nenhum problema, desde que seja da vontade do Dr. Maurício, desejar proceder dessa forma. Esta Presidência não vê nenhum óbice e não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, só mais uma questão importante para a CPI: acho que, dependendo das perguntas que ele não queira responder — e aí, talvez, faça parte da ordem judicial —, ele poderia nos fazer um relato sobre o atual estágio das investigações da própria Operação Lava-Jato, porque não há interesse de todos nós que estamos na investigação expor coisas que estejam sob segredo de Justiça. Mas ele pode nos revelar e fazer um relato básico de quantas prisões, apreensões, dinheiro encontrado, coisas sobres as quais não interesse de noticiarmos publicamente.



Aqui nós estamos na defesa da Operação Lava-Jato, na manutenção desse *status* da maior operação de combate à corrupção do mundo. E nós não podemos colocar em constrangimento os delegados que revelaram esquemas como esses.

Então, ele poderia responder algumas coisas em reunião reservada, pois, com certeza, ele não vai responder em uma reunião aberta, até porque que isso não faz parte talvez da ordem judicial.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, acho que seria interessante que nós pudéssemos ouvir a posição do delegado da Polícia Federal. Quer dizer, a partir da posição do Delegado Maurício, é que, então, poderemos fazer interpretações ou não, tomar deliberações ou não. Mas acho que nós estamos antecipando, a meu ver, uma posição.

Ele tem os 20 minutos iniciais em que ele pode fazer a sua colocação, o seu pedido. A partir daí é que nós vamos debater, deliberar ou não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, só para uma comunicação de 10 segundos: acabei de protocolar, com assinatura de 15 outros Parlamentares, o Requerimento nº 3.191, que deverá ser avaliado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, propondo a prorrogação da CPI por mais 120 dias.

Então, queria só comunicar à Mesa Diretora que requerimento já está protocolizado e vai-se iniciar o processamento. Eu espero que, na próxima semana, nós possamos votá-lo em plenário, para que a CPI possa continuar investigando e permitindo que o Parlamento brasileiro aprofunde ainda mais as investigações não só em relação ao esquema criminoso, mas, inclusive, em atualização de legislação e na preparação da própria PETROBRAS e de outras estatais para uma nova forma de gestão que nos permita isolar e afastar a corrupção, definitivamente, do setor público brasileiro. Esse pelo menos é o sonho de todos os brasileiros e é o dever desta Comissão.

O Requerimento nº 3.191 já está protocolado, e vamos a voto na próxima semana no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cumprimento V.Exa. pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, pela ordem, só 1 minutinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quero apenas fazer um esclarecimento. O Deputado Fernando Francischini não faz parte desta Comissão, chegou agora. Mas, para que ele tenha conhecimento, informo que a convocação dos delegados que hoje vão depor hoje aqui não tem como objetivo apurar a questão da atuação da Polícia Federal na Operação Lava-Jato, a qual muito elogiamos. Nós estamos aqui querendo apurar a possibilidade e a suspeita de atos ilegais, na investigação Operação Lava-Jato, cometidos por integrantes da Polícia Federal, de que maneira isso pode comprometer a Operação e a quem interessa isso.

Então, o objetivo da vinda aqui dos delegados não é apurar a investigação da Operação Lava-Jato como um todo, porque todos nós queremos que ela tenha sequência. O objetivo é apurar os ilícitos que possam ter sido cometidos no decorrer dessa Operação e a quem interessa que isso seja feito, no sentido de comprometer a continuidade da Operação Lava-Jato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Dr. Maurício Moscardi Grillo por até 20 minutos.

O SR. DR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Hugo Motta; cumprimentar os demais Deputados desta Mesa Diretora, o Deputado Luiz Sérgio, Deputado Antonio Imbassahy; cumprimentar também todos os Parlamentares presentes nesta sessão, a imprensa e os demais cidadãos que acompanham este depoimento. Excelências, apenas para contextualizar, gostaria de fazer um breve histórico da minha carreira na Polícia Federal. Ingressei no Departamento de Polícia Federal há mais de 10 anos e, nesse período, estive lotado na Superintendência de Polícia Federal em São Paulo, na Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre e, por último, na Superintendência de Polícia Federal no Estado do Paraná. Nesse tempo, tive a oportunidade de ocupar a Chefia da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, no Estado do Acre, por 3 anos. Ocupei também o cargo de Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado no Estado do Acre por mais 2



anos. Desenvolvemos, no período em que estivemos lotados no Estado do Acre, diversas operações policiais de repressão ao tráfico de drogas. Cito como exemplo apenas a Operação Conexão Amazônia, que levou à prisão mais de 50 traficantes da região e a apreensão de uma tonelada e meia de cocaína. Neste período, tivemos a oportunidade de executar a prisão de mais de 200 traficantes naquela região, que, somados, traziam para o nosso País a quantia aproximada de cinco toneladas de entorpecentes. Como Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado naquele Estado, dei todas as condições para execução de operações de combate à corrupção e desvios de recursos públicos. No Estado do Paraná, ocupei a chefia da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários. E, atualmente, ocupo a chefia da Delegacia de Repressão a Entorpecentes e a supervisão do Grupo de Investigações Sensíveis e Especiais da Superintendência de Polícia Federal, no Paraná. Durante esses 10 anos de carreira, todos os meus atos foram pautados pela legalidade, pelo devido cumprimento do dever legal, pela incessante busca por justiça. Nesse período de carreira, não respondi por nenhum procedimento administrativo disciplinar, demonstrando que meus atos sempre perseguiram a estrita legalidade. Por ser uma polícia de Estado, uma polícia republicana, o Departamento de Polícia Federal me ensinou, por meio dos seus gestores, que devemos sempre atuar com isenção, imparcialidade e respeito às normas. Fazer parte do Departamento de Polícia Federal é motivo de imenso orgulho e honra para este Delegado de Polícia Federal. Saber que a população acredita nesta instituição ainda nos traz mais inspiração para continuarmos a trilhar, com o máximo esforço, o combate à criminalidade. Quando enfrentamos grandes organizações criminosas, estamos passíveis de questionamentos sobre nossos atos e ações, o que é natural dentro de um Estado Democrático de Direito. São nesses momentos em que devemos ter consciência de que aquele que age seguindo o caminho da lei e da verdade estará sempre, e ao final, amparado pela Justiça. Hoje vejo-me impedido legalmente de me manifestar sobre diversos assuntos que aqui, possivelmente, serão tratados, em razão do segredo de justiça que ampara o IPL nº 737/2015. Tal inquérito, por sua vez, teve apensada a sindicância por mim presidida que apurou fatos relativos ao equipamento de captação ambiental encontrado na custódia da Polícia Federal, na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná.



Assim, a presente sindicância também tornou-se sigilosa em sua integralidade. Tendo conhecimento de que foi negada a quebra do sigilo do presente inquérito pelo Juiz da 14ª Vara Federal de Curitiba, resta evidente que a manifestação a respeito do tema sob sigilo, certamente, levará à responsabilização criminal e administrativa dessa autoridade por afronta ao art. 325 do Código Penal. Entendo que tal impedimento é temporário e, tão logo seja baixado o sigilo dos autos citados, estaremos à disposição para retornarmos a esta Casa e esclarecer detalhadamente as dúvidas dos nobres Parlamentares aqui presentes. Entretanto, por fim, digo que todos os esclarecimentos que esta autoridade poderia trazer sobre os fatos foram feitos de maneira pormenorizada à Corregedoria de Polícia Federal, ambiente onde ocorre uma investigação profunda sobre os acontecimentos e que, tenho certeza, por sua seriedade na apuração, encontrará a verdade e a justiça que também esperamos. Assim, cumprindo a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, através do HC nº 130553, da lavra do Ministro Teori Zavascki, permanecerei em silêncio com a finalidade de não afrontar o art. 325 do Código Penal Brasileiro. De toda forma, agradeço a oportunidade aos Parlamentares de estar presente nesta Comissão e poder fazer esses esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, pela ordem. Há só um quesito: eu acho que há um equívoco aqui, pois a Sindicância nº 004/2014, que foi presidida pelo Delegado Maurício, já é pública e, inclusive, foi remetida oficialmente pela Polícia Federal a esta CPI. Ela já é de conhecimento público e de conhecimento de todos os integrantes desta CPI. A sindicância está aqui à disposição de todos os integrantes da CPI. Portanto, ela não está preservada sob segredo de Justiça. A Sindicância nº 004/2014 está aqui, ela é pública e já está à disposição dos integrantes da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos dar seguimento com as perguntas do Relator, Deputado Luiz Sérgio, que tem a palavra para fazer os questionamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Maurício Grillo, respondendo a um requerimento de informação feito pelo Deputado Rubens Bueno, no dia 7 de julho de 2015, o Delegado da Polícia Federal Alfredo José de Souza Junqueira, respondendo a esta CPI, diz: “*O equipamento encontrado (...)*” — ele se refere ao equipamento



numa área denominada “fumódromo” — “(...) não foi instalado com autorização judicial”, o documento é claro. Nessa mesma resposta, ele diz: “A sindicância instaurada está em fase de instrução e deve ser encerrada em 30 dias”. No entanto, o art. 10 da Lei nº 9.926, de 1996, diz claramente: “Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar sigilo de justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei”.

O Código do Processo Penal também, no seu art. 347, diz claramente: “Inovar artificialmente, na dependência do processo civil administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoas, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito”.

Se se constitui um crime, não seria o ato correto instaurar um inquérito policial em vez de uma sindicância como foi feita? Porque a sindicância é para apurar um problema de ordem disciplinar, uma coisa assim. Mas uma sindicância para apurar um crime previsto em lei não fere um pouco a sua fala inicial, no que diz respeito à lei e às normas? Neste caso, a lei e as normas não foram quebradas pela Polícia Federal do Paraná?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, o que eu havia para esclarecer eu já o fiz no início, através da minha leitura. Peço desculpas, mas, em razão do segredo de Justiça e daquilo que já foi estabelecido pelo HC citado, eu permanecerei em silêncio sobre os fatos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu volto a afirmar que a Sindicância nº 004 não está protegida por segredo de Justiça. Ela é pública e, inclusive, foi remetida pela Polícia Federal a esta CPI. O Inquérito nº 737 sim, mas a sindicância não tem proteção judicial. Ela é pública e foi encaminhada pela Polícia Federal à CPI.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, o Delegado Moscardi não é autoridade máxima da Polícia Federal para decidir se é sindicância ou inquérito. Então, fica este registro, independentemente de ele falar ou não, Sr. Presidente. Não é ele quem decide isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, as perguntas foram dirigidas ao depoente, não aos Deputados aqui no Plenário.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim, senhor...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu estou com a palavra. Com todo respeito ao Deputado, mas o Maurício também é delegado com 10 anos de experiência, como falou. Eu acho que aqui eu estou fazendo perguntas a um, não a dois simultaneamente, com todo o respeito.

Mas ao que eu estou me referindo aqui não é uma avaliação de juízo de valor. Eu estou citando a lei. E foi a Polícia Federal que respondeu que foi instalado sem autorização judicial. Se foi instalado sem autorização judicial, é crime. Se é crime, não poderia, a meu ver, ser uma sindicância, até porque a sindicância não tem a participação do Ministério Público, ela não tem a participação do Poder Judiciário, ela não tem, inclusive, prazo para terminar. Tanto é assim que eles nos respondem que seria uma sindicância no prazo de 30 dias; nós esperamos passar 60 dias, fizemos um requerimento solicitando qual a conclusão da sindicância e simplesmente não nos responderam.

Mais uma vez aqui o respeito às normas, inclusive, da própria CPI não foi obedecido.

Mas eu gostaria de fazer outra pergunta também. A Lei nº 9.784, de 1999, V.Sa. a conhece?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. conhece?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Não sei todo o teor da legislação, Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Lei nº 9.784, de 1999, no seu artigo 18, é clara:

“Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.



Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.”

Nessa questão, a Sra. Daniele, que foi autora do despacho vazado, é suspeita do vazamento também, pois ela era responsável pela presidência do inquérito vazado.

Então, o Inquérito nº 768, de 2014, não poderia ser presidido pelo Deputado Igor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Delegado. Ele não é Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desculpe — o uso do cachimbo deixa a boca torta, não é? Ele é cônjuge da Delegada Daniele, mas ele ignorou a proibição e presidiu a investigação. Foi ouvido como testemunha na investigação, junto com sua esposa. Depois, pediu diligências para que sua esposa cumprisse como chefe do Setor de Inteligência. Tal atitude do Delegado Igor constitui infração disciplinar grave, pois fere os arts. 18 e 19 da Lei nº 9.784, de 1999, bem como o art. 149, § 2º, da Lei 8.112, de 1990.”

Então, essa questão não está viciada? É comum, por exemplo, nós verificarmos na Justiça um juiz se dizer impedido por uma ou outra razão. Mesmo no cotidiano de quem acompanha a Justiça, verifica-se isso. Neste caso específico, quem faz preside, depois a esposa... Não está mal explicada essa situação? Não houve uma sequência de erros primários? Buscando-se o quê? É incompreensível que uma instituição como a Polícia Federal tenha obtido, num caso como esse, erros tão primários.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, o assunto é atinente à Corregedoria da Polícia Federal sobre o tema. Eu, como Chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes e, também, por uma questão hierárquica, não posso me manifestar sobre o que seria o procedimento nesse sentido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Maurício...

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Regimento Disciplinar da Polícia Federal define como transgressões disciplinares graves o seguinte:



“I - referir-se de modo depreciativo às autoridades e atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim.

II - divulgar, através da imprensa escrita, falada ou televisionada, fatos ocorridos na repartição, propiciar-lhe a divulgação, bem como referir-se desrespeitosa e depreciativamente às autoridades e atos da administração;

III - promover manifestação contra atos da administração ou movimentos de apreço ou desapreço a quaisquer autoridades;”

A Folha de S.Paulo divulgou que, entre os senhores, os senhores criaram um grupo, uma comunidade...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Os senhores quem nobre Relator?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os delegados.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Delegados? Qual a quantidade? Quem são eles?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É V.Exa. que está interrogando o Relator, Deputado?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu tenho o direito de falar e só quero colaborar com a instrução. Eu só quero colaborar (*ininteligível*). Eu quero saber quem são os delegados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está se referindo a outros delegados...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O correto é nós ouvirmos, mas, pelo jeito, a corporação dos delegados hoje aqui está forte.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não. É a do País mesmo, não é? É a do País, para defender os delegados que apuraram a Lava-Jato e viraram investigados...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de garantir a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - (*Ininteligível*) não pode falar nada.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - No Paraná, ele não faz não.
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos manter aqui os ânimos calmos, para que possamos ter uma reunião tranquila.

O Deputado Luiz Sérgio está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Volto aqui, o Regimento Disciplinar da Polícia Federal — os delegados da Polícia Federal o conhecem bem — diz claramente: “*referir-se de modo depreciativo às autoridades e atos da administração pública qualquer que seja o meio empregado para esse fim*”. Diz claramente que é uma transgressão disciplinar grave.

E na comunidade, por exemplo, o Igor de Paula diz: “*O Brasil precisa se livrar de Dilma e eleger Aécio.*” Pode até ser lúcido, mas acho que não seria isento para estar comandando uma apuração com esse juízo de valor, não é?

O Márcio Anselmo, ex-coordenador disse: “*Vamos ver agora se o Supremo Tribunal Federal aguenta ou se vai ‘danieldantar’*” — não sei a que se refere. “*Danieldantar*” refere-se a Daniel Dantas de uma forma depreciativa ao Supremo Tribunal Federal. Quer dizer, qual a isenção dessa equipe da Polícia Federal atuar nesse caso, quando ela se posiciona partidariamente, quando ela se refere ao Poder máximo da Justiça brasileira, com a expressão “*danieldantar*”?

V.Sa. não há de reconhecer que houve aqui uma transgressão disciplinar grave em relação a esses comentários?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, eu tenho conhecimento, através da própria Polícia Federal que o Sr. Ministro da Justiça, entendendo graves os fatos, solicitou a instauração de sindicância investigativa. A sindicância ocorreu no âmbito da Superintendência da Polícia Federal, no Estado do Paraná. Apurou-se os fatos e chegou-se à conclusão de que os comentários eram individuais, das pessoas que teriam feito. Muitos deles que estão aí nem foram as pessoas mesmo que fizeram. E foi arquivada a sindicância, que é do que eu tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas em relação a inquérito e sindicância V.Sa. não tem nenhum juízo de valor?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Não posso fazer juízo de valor sobre tal fato, Excelência, pois é uma matéria atinente à Corregedoria. E a



hierarquia do órgão não permite que eu comente sobre fatos que não dizem respeito ao meu setor e a minha área.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A não ser que seja numa comunidade de comunicação interna.

Sr. Presidente, a Polícia Federal, como bem disse aqui, como instituição — e todos nós temos que lutar para preservá-la —, tem relevantes serviços prestados ao País. Mas uma coisa tem me intrigado. O Pedro Barusco disse aqui que começou a roubar na PETROBRAS na década de 80. A CPI não pode investigar esse período. A Polícia Federal, como isso foi tratado no bojo da Operação Lava-Jato, tomou alguma iniciativa para poder também trazer à luz esse período em que ele afirmou aqui que roubava sozinho na PETROBRAS? Ou quando o cara rouba sozinho não precisa haver sindicância para apurar, esse fato passa a ser irrelevante?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, questão de ordem. O depoente devia ter 5 anos de idade em 80 e vai falar se a Polícia Federal investigou em 80? É demais, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Francischini, a palavra está com o Relator. Eu peço a V.Exa. que respeite o colega Deputado Luiz Sérgio. Quando V.Exa. for fazer uso da palavra, faça as colocações que entender necessárias.

Eu quero garantir a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Inclusive eu queria sugerir que se trocasse o advogado: senta aqui o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Fechado. Pode ser, Presidente? Enfrentar o PT é comigo mesmo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E os professores também, não é? Matar, massacrar professor também, não é?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E os professores lá do Paraná que V.Exa. massacrrou em praça pública? Agora, o seu Governador está sendo processado por improbidade administrativa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. é macho, não é? Gosta de bater em professor. Investigar bandido V.Exa. não investiga, em professor V.Exa. bate.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Bateu em professor no seu Estado...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu investigo V.Exas. V.Exa. é defensora de bandido. Quem defende bandido vem atacar a Polícia Federal aqui.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. que defende bandido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - V.Exas. estão todos investigados, com o rabo na reta. Por isso que estão aqui.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. que não investiga nada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não venham jogar merda na Polícia Federal porque estão todos investigados.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, olha os termos que ele usa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem está investigado pela Polícia Federal não venha jogar nada na instituição.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Veio aqui para tumultuar a CPI.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vá cuidar lá da sua turma...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E V.Exa. vá lá para o presídio *(ininteligível)*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Só um pouquinho, Presidente. Peço ao Deputado que não se dirija a minha pessoa. Eu não me dirigi a ele.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Francischini, eu já fiz o apelo aqui, eu não vou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de pedir aqui, já que a paciência e complacência não estão resolvendo, vou usar a autoridade que eu tenho, para que V.Exas. possam se acalmar. Está certo?



Eu quero garantir a palavra do Deputado Luiz Sérgio e quero que V.Exas. não confundam o nosso esforço por uma boa convivência com o interesse em desorganizar os trabalhos desta CPI. Isso eu não vou admitir.

Então, o Deputado Luiz Sérgio tem a palavra. Está garantida a palavra a ele. Quando cada Parlamentar fizer o uso da palavra, coloque aquilo que entender ser necessário. Neste momento, a palavra está com o Deputado Luiz Sérgio, e eu não abrirei a palavra a nenhum Parlamentar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Excelente. Parabéns, Deputado!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, para deixar claro: não há aqui nenhum desrespeito à Polícia Federal — nenhum! E a minha postura aqui foi de respeito a todos que aqui vieram. O que ocorre é que há um fato gravíssimo: é a Polícia Federal que comunica a esta CPI que colocaram uma escuta ambiental na cela e no fumódromo, onde se encontravam os presos, sem autorização judicial. Isso é crime! A lei é clara, para crime, é inquérito; não é uma sindicância interna.

Então, esse é um fato, Delegado e Deputado Fernando Francischini, grave. Se a própria Polícia Federal não esclarecer como deve ser esclarecido esse fato, é ela que se automacula. A nossa posição aqui é de defesa da Polícia Federal. Não pode pairar sobre esta CPI e sobre a sociedade brasileira nenhuma dúvida de que a Polícia Federal tenha atuado, nesse e em qualquer outro caso, não obedecendo à lei e aos fatos.

Agora, aqui, como Relator da CPI, é evidente: o Deputado Barusco disse aqui... O Deputado não, o criminoso Barusco disse aqui que começou a roubar há muito tempo. Nós, na CPI, somos limitados de 2003 para cá; a Polícia Federal, não. Quer dizer, aí não é ele. A equipe que está operando, e operando para apurar os escândalos da PETROBRAS... Eu estou fazendo uma pergunta clara: a Polícia Federal vai apurar de 2000 para frente e para trás não interessa? Qual é o objetivo? Nós não queremos que se bote nada debaixo do tapete. Queremos que tudo venha à luz do dia, seja em que período for. O Barusco esteve nesta CPI. Ele é um delator. E na sua delação ele faz essa afirmação. Então, eu estou aqui perguntando aos delegados que conduzem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A quadrilha foi depois...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu estou perguntando aos delegados que estão atuando nesse caso: eles tomaram... Eu não estou perguntando se teve quadrilha ou não teve quadrilha. Estou fazendo uma pergunta simples: a Polícia Federal tomou alguma iniciativa em relação a essa denúncia gravíssima?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, o que eu posso dizer sobre os fatos é que todos os fatos que chegaram à Polícia Federal, de alguma forma, estão sob apreciação e investigação. Nunca deixou de ser investigado nenhum fato que chegou à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas há um inquérito na Polícia Federal sobre esse período ou não?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, não tenho conhecimento para informar ao senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos dar continuidade. Havendo necessidade, eu retorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O único Sub-Relator aqui presente é o Deputado Valmir Prascidelli. V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou, se V.Exa. me permitir, ouvir primeiro os autores do requerimento. Depois, se for o caso, eu voltaria a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. O autor é o Deputado Aluisio Mendes, que tem até 5 minutos para fazer esses questionamentos; em seguida, a Deputada Maria do Rosário.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, como eu sou o primeiro inscrito também, eu queria que V.Exa. somasse o meu tempo de autor com o de inscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Então, V.Exa. tem até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Delegado Maurício, o senhor disse aqui que não falaria sobre a Sindicância 004, porque ela estava protegida sob sigilo. Eu já lhe disse que não, porque ela, inclusive, é pública e foi fornecida a esta CPI pela própria Polícia Federal. Ela já foi concluída, com parecer de V.Sa., e já é de conhecimento público desta CPI.



Então, às perguntas que eu vou fazer sobre essa sindicância o senhor pode responder se quiser, não estão protegidas por sigilo. Se não quiser, é um direito constitucional seu também de não se incriminar. O senhor está aqui na condição de investigado. O senhor sabe disso, não é? Então, se o senhor não quiser responder, o senhor diga que não vai responder porque está na condição de investigado e pode se incriminar, e não que ela está protegida sob sigilo.

E eu queria esclarecer aqui também para alguns colegas que falaram que a nossa intenção de trazer Dr. Maurício e outros delegados aqui para depor não é com relação a comprometer a Operação Lava-Jato; muito pelo contrário, é de resguardar e proteger a operação, porque até existem vários delegados e agentes também que estão sendo perseguidos por um grupo da Superintendência, em função de terem se insurgido sobre a condução da Lava-Jato, inclusive o próprio Deputado Fernando Francischini, que está aqui ao meu lado, que fez parte de organograma criminoso, que ontem o Delegado Fanton citou aqui. Então, o que nós queremos é preservar os bons profissionais e as pessoas que estão se insurgindo contra atitudes ilegais cometidas por uma equipe pequena que hoje conduz a Operação Lava-Jato.

Com relação à Sindicância 004, da qual o senhor é o Presidente, que visava apurar a escuta ambiental encontrada na cela do Sr. Youssef. O senhor concluiu, pela sua sindicância, na sua conclusão, que essa escuta tinha sido colocada por oportunidade... Há duas conclusões: como disse o PF Bolacha, por ocasião da transferência da Superintendência para um novo prédio, colocou-se uma escuta para que em ocasiões, onde houvesse autorização judicial, ela fosse acionada; e uma outra que diz que ela foi colocada por autorização judicial, na ocasião da chegada do Sr. Fernandinho Beira-Mar à Superintendência. Qual dessas conclusões o senhor considera correta na sua sindicância?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, invoco o meu direito constitucional de não falar sobre o assunto, porque também, além de tudo, eu entendo que, agregada a sindicância aos autos do 737, em momento posterior, ela passou novamente a ser guardada em segredo de Justiça.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, o seu direito constitucional de não se incriminar eu respeito, mas dizer que ela está sob segredo, não.



Durante a oitiva na sindicância que o senhor presidiu, o senhor ouviu o Sr. Youssef. Ele disse aqui, em uma passagem da sindicância, exatamente o seguinte... O senhor pergunta como ele desconfiou da escuta e a encontrou na cela. Ele disse aqui: *“que sabia que a escuta ambiental estaria na sua cela desde o primeiro dia de sua prisão, pois os presos da operação eram chamados pelo DPF Márcio e confrontados com conversas que tinham tido no interior da custódia”*.

Eu pergunto ao senhor: com esse depoimento do Sr. Youssef que confirma que diálogos dentro da cela eram confrontados em depoimentos tomados pelo DPF Márcio, o senhor ouviu o DPF Márcio sobre essa questão?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, novamente, invoco o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é, porque na sindicância o senhor não ouviu o Delegado Márcio sobre isso. Embora o preso tenha dito que as conversas ocorridas dentro da cela eram confrontadas com os depoimentos que eram tomados, o senhor, em nenhum momento, arguiu o DPF Márcio sobre isso, o que traz realmente uma séria dúvida sobre a legalidade dessa sindicância.

O senhor encontrou um equipamento de escuta, foi lhe oferecido como Presidente da sindicância. O senhor não pediu a perícia desse equipamento. O senhor pediu um relatório técnico do agente Dalmey, que não é perito. O senhor poderia nos esclarecer por que o senhor fez isso?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, novamente invoco o meu direito ao silêncio constitucional.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - No equipamento encontrado na cela do Sr. Youssef, havia um número de série. Esse número de série confirma que esse equipamento é propriedade do DPF. O senhor procurou saber a origem desse equipamento, quem o havia remetido para a Superintendência da PF e em que data esse equipamento tinha chegado lá?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, novamente invoco o direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é, porque nós temos um documento — se o senhor tivesse tido um pouquinho mais de cuidado na sua sindicância — encaminhado pela PF de que esse equipamento, o AT 160, chegou à



Superintendência do Paraná 6 meses depois que o Sr. Fernandinho Beira-Mar saiu de lá. Portanto, era impossível esse equipamento estar na cela do Sr. Fernandinho Beira-Mar, porque ele não existia na Superintendência nessa época. O senhor não teve essa preocupação de verificar a origem desse equipamento, quando ele chegou à Superintendência e quem era o responsável por esse equipamento?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, novamente, invoco o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mais uma pergunta: o senhor, na sua apuração, concluiu — e não sei de que maneira — que esse equipamento tinha sido instalado na cela por ocasião da chegada do Sr. Fernandinho Beira-Mar, para o qual havia uma autorização judicial. O senhor ouviu a equipe responsável por essa operação, uma equipe de Brasília, da DIPO, que esteve no Paraná por ocasião de o Fernandinho Beira-Mar estar preso na cela? E essa equipe, sim, tinha autorização judicial para instalar esse equipamento? O senhor chegou a ouvir essa equipe?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, novamente invoco o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É, Sr. Presidente, fica difícil, porque, confrontado com algumas questões que ele não pode responder, ele foi Presidente de uma sindicância que está eivada de dúvidas, a gente fica sem saber qual o intuito.

O nosso interesse, Dr. Maurício, é que o senhor viesse esclarecer isso. O que nós queremos aqui é apurar o que está acontecendo na Superintendência do Paraná, onde dois grupos estão se digladiando lá, e nós tivemos aqui o depoimento do Dr. Rivaldo e do Dr. Fanton, anteontem. Queremos apurar o que está acontecendo, porque a nossa preocupação é que essas atitudes que estão sendo perpetradas na Superintendência venham, de alguma maneira, comprometer a Operação Lava-Jato. E a quem interessa isso, porque, se essa operação vier a ser, de alguma maneira, comprometida, essas pessoas que tiveram essas atitudes serão responsabilizadas criminalmente. E eu não digo só o senhor, eu digo o senhor, o superintendente, todos, principalmente o Ministro da Justiça, porque é ciente disso e não toma nenhuma atitude.



Eu só posso imaginar que há um interesse muito maior de que isso não seja apurado a fundo. Escuta ilegal colocada no prédio da Superintendência que fica por isso mesmo, escuta ilegal colocada em uma cela, e não se apura de maneira correta isso. Essa sindicância sua é uma piada. Quer dizer, isso aqui vai ser encaminhado para a nossa academia para mostrar como não se faz uma sindicância.

O agente Dalmey é, reconhecidamente por todos, o agente que implantou a escuta na cela do Sr. Fernandinho Beira-Mar e foi pressionado, nessa sindicância, para dizer que essa escuta não foi ele que colocou. A agente Maria Inês não foi ouvida e participou da implantação da escuta. Então, não se pode entender qual é o objetivo disso.

O que nós queremos aqui é que essa quadrilha que atuou na PETROBRAS fique muitos anos na cadeia, que essas atitudes cometidas aqui sejam apuradas e seja responsabilizado quem deu causa a elas para não comprometer a Operação Lava-Jato. É essa a nossa intenção aqui. Quando nós ouvimos o Dr. Fanton e o Dr. Rivaldo aqui anteontem, ficamos muito preocupados com isso. Agora, se isso vier a acontecer, a sociedade brasileira não vai aceitar, e essas pessoas serão responsabilizadas, com cadeia também. Irão cumprir pena em cadeia junto com o Sr. Barusco, Sr. Renato Duque, com todos aqueles que estão lá na Superintendência, porque o que houve lá foi um crime. É isso que nós queremos apurar.

Ninguém aqui quer comprometer a imagem da Polícia Federal. Eu sou da Polícia Federal. Nós tivemos vários depoentes aqui que são da Polícia Federal, com histórico de bons serviços prestados à Polícia Federal e que estão sendo comprometidos, pressionados, inclusive o senhor representou contra o Delegado Fanton e o agente Dalmey. Graças a Deus, a Justiça entendeu que era sem razão. Não havia razão para aquilo. Então, é isto que nós queremos apurar: a quem cabe essa sorte de ilegalidades que estão sendo cometidas na Operação Lava-jato e a quem os senhores estão a serviço? Porque, se essa operação vier a ser comprometida, alguém vai responder por isso. A sociedade brasileira não vai aceitar que essas pessoas fiquem impunes, inclusive o chefe maior da Polícia Federal, que é o Sr. Ministro da Justiça.



Então, o senhor está se recusando a se defender aqui. Nós damos oportunidade para o senhor se defender aqui. Até sugiro ao senhor, se for do seu interesse, que faça uma colaboração premiada com esta CPI e diga o que está acontecendo lá, porque o senhor será responsabilizado. Quanto a isso aqui, não tem como o senhor não ser responsabilizado.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A próxima autora é a Deputada Maria do Rosário. V.Exa. tem até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar todos os Srs. Deputados, V.Exa. e o Relator.

Em primeiro lugar, quero perguntar ao Delegado Maurício sobre a sindicância que ele conduziu. Nós aqui, nesta mesma sala, ouvimos pronunciamentos de colegas seus da Polícia Federal. Aqui não se trata de questões que nós estamos trazendo de própria lavra, de questões que nós tenhamos concluído por uma análise ou outra de fatos correlatos, mas por depoimentos de colegas seus, integrantes da Polícia Federal brasileira, uma polícia que merece o nosso respeito, que nós muito temos em consideração.

Mas, sem dúvida, eu quero lhe dizer que isso nos surpreende a todos, porque nós devemos trabalhar sempre no âmbito da legalidade, da defesa de princípios republicanos em todas as instituições, inclusive nas polícias, o que significa um avanço democrático para o País. Nós estamos procurando aqui, portanto, compreender como essa sindicância foi realizada nesses termos.

Eu pediria ao Deputado Valmir Prascidelli que me ajudasse aqui com as suas anotações. V.Exa. pode me ajudar com as suas notas? Eu observava também um conjunto de questões dos colegas.

Estou sendo interrompida aqui ao lado. Peço desculpas.

A pergunta que eu lhe faria, objetivamente, é a seguinte: o senhor apresentou, como resultado da sindicância, a explicação de que esse grampo estaria numa cela muito anteriormente à presença daquele preso chamado Youssef. Aliás, essa mesma pergunta eu fiz a outro colega seu, de que haviam sido colocados na mesma cela, a cela do grampo, o Paulo Roberto Costa e o Youssef. Os dois foram colocados ali, presos, concomitantemente, na mesma cela.



A sindicância que o senhor presidiu dá como resultado algo inverossímil, não porque eu avaliei assim, mas porque o seu colega, altamente capacitado e técnico, esteve nesta CPI e disse que aquele equipamento sequer existia no período em que o Fernandinho Beira-Mar ficou naquela cela. Então, a não existência de uma investigação adequada de sua parte pode efetivamente comprometer um conjunto de trabalhos com dedicação de colegas seus.

Alguém lhe pediu? O senhor é orientado por quem? Ou é orientado pelas suas próprias convicções para conduzir da forma com que conduziu essa sindicância de que esteve à frente?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, como eu já disse ao Deputado Aluisio Mendes, eu considero que esses fatos estejam sob segredo de justiça, porque foram incorporados ao Inquérito nº 737/2015, e, por essa razão, eu não posso trazer maiores esclarecimentos neste momento. Mas eu digo a vocês: tão logo baixe o segredo de justiça desses autos, eu sou uma pessoa voluntária a vir aqui esclarecer todos os fatos. E não há ninguém que queira mais a verdade do que a gente mesmo que está aqui.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu imagino que o senhor tenha vontade de fazer esse esclarecimento. E isso é muito importante, porque isso qualifica a atividade policial, porque o senhor fez um concurso público e optou por se dedicar à polícia brasileira, uma polícia qualificada.

Por isso, Delegado Maurício, eu lhe peço esses esclarecimentos, que visam exclusivamente a qualificação do processo do inquérito em curso, e os fatos que chegam objetivamente à realidade, à verdade. O senhor, então, não quer responder sobre o fato...

Sr. Presidente, eu estou sendo muito interrompida aqui e isso está dificultando o meu pronunciamento. Ou eu troco de lugar ou eu... Se V.Exa. puder me ajudar. V.Exa. prefere que eu sente mais longe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de pedir respeito à Deputada Maria do Rosário para que ela consiga concluir os seus questionamentos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu não consigo me dedicar aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Muito obrigada, Sr. Presidente. É muito difícil o desrespeito, Sr. Presidente, muito difícil. Muito, muito difícil! Vocês percebem que há desrespeito. O desrespeito existe de várias formas, inclusive quando não se quer ouvir.

Eu não vim aqui para desrespeitá-lo, até porque eu defendo que qualquer pessoa pode ter a opinião política que tiver. Eu sei das suas opiniões políticas. Foram divulgadas em muitos lugares as suas opiniões políticas contra a Presidenta Dilma, contra o Presidente Lula, contra o Partido dos Trabalhadores, contra seus colegas.

V.Exa. é uma pessoa engajada partidariamente, ou politicamente, com opiniões, inclusive, que eu considero golpistas nesta Casa, mas, ainda assim, olhando para o senhor, eu imagino que o senhor tenha feito opção por uma carreira que busca dignidade da vida policial. Por isso, eu acredito que o senhor deve esses esclarecimentos, não apenas a esta Comissão ou ao País, mas ao policial que está ao seu lado — e aquilo que o Deputado Aluisio Mendes disse aqui —, àqueles que participam da academia, da formação de novos policiais.

Não leve para a sua vida um trabalho malfeito carregado sob seus ombros, se existe algo aqui que o senhor possa revelar. Eu lhe digo isso sem juízo da sua opinião política, que eu sei que é totalmente contrária à minha, pelo que pude ler. Tenha o senhor a opinião política que tiver, as instituições têm que estar à margem das nossas opiniões políticas. Individualmente, tenha a opinião que tiver, mas não aja dentro das instituições para posicioná-las a serviço de quem quer que seja, Oposição, Governo. Isso pode ser absolutamente negativo para o mais importante do Brasil: a democracia. As polícias e o Parlamento servem, sobretudo, à democracia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais autores, vamos aos membros.

O próximo inscrito é o Deputado Izalci. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, já que o depoente está alegando o direito de ficar em silêncio, eu só quero lembrar ao nosso Relator que, em todas as nossas oitivas, ele faz questão de colocar essa questão do Barusco. A Polícia



Federal, evidentemente, quando recebeu as informações ou ouviu os depoentes, analisou exatamente o que o Barusco disse.

O Barusco disse que, antes de 2003, ele agia individualmente. E a Polícia Federal evidentemente vai levar nessa linha. Agora, a partir de 2003, virou uma coisa sistêmica, organizada, detalhada, como disse no próprio Ministério Público. Foi feito realmente todo o planejamento estratégico dos próximos 50 anos para obter o poder no País, aparelhando o Estado e desviando os recursos públicos. Na prática, é isso. A Polícia Federal sabe distinguir o que é individual, que é comissão ou qualquer coisa assim, e o que é um sistema organizado, com a participação dos diretores, com todo um sistema, com o setor empresarial.

Então, parece que, mesmo depois de diversas audiências que fizemos aqui, as pessoas ainda não entenderam, mas é muito claro, como disse a conclusão desses órgãos que estão apurando: começou no Governo Lula, no Palácio do Planalto, sob a coordenação de José Dirceu, da Casa Civil, onde houve todo o planejamento — mensalão, eletrolão, petrolão — e o aparelhamento. Isso está muito claro.

Agora, acho que temos que mudar a lei da colaboração premiada, porque tem prejudicado a CPI. A gente não tem conseguido avançar em função disso, porque todo o mundo chega aqui com o direito de não falar nada, e a gente fica impedido. Eu sou auditor, sou contador, então, fico agoniado, porque, quando eu pego a linha, eu acho o negócio, mas não posso seguir, porque não sei o quê. E concordo plenamente que nós precisamos modificar a legislação da colaboração premiada, como também precisamos avançar, mas, infelizmente, a CPI, nesses últimos meses, tem apenas seguido o que já está sendo apurado na Operação Lava-Jato. A gente não tem conseguido avançar exatamente pela deficiência da legislação.

Eu só faria uma pergunta ao Sr. Maurício, que eu não sei se vai responder, mas eu vejo, claramente, que existe um propósito do Ministro da Justiça de comprometer as investigações. Eu acho que nós precisamos apurar isso, porque o Ministro recebeu as informações e, como responsável pela Polícia Federal administrativamente, ele tem que atuar para não deixar que se contamine essa operação. Como o Ministro da Justiça pertence a um partido, que está totalmente



envolvido, acho que cabe também termos muito cuidado para que ele não deixe as coisas avançarem para comprometer essa operação que foi feita.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Onyx Lorenzoni é o próximo inscrito. Tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu não tenho perguntas e acho uma perda de tempo o que nós estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito é o próximo inscrito. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Delegado Moscardi, eu acredito que essas perguntas que nós estamos fazendo têm dois sentidos principais. O primeiro se refere a essa questão da lisura da Operação Lava-Jato e, sobretudo, essa questão do envolvimento político. V.Sa. foi delegado no meu Estado, eu era Presidente do Partido dos Trabalhadores, nunca tivemos nenhum tipo de arranhamento. V.Sa. é um profissional. No momento, o problema reside exatamente no fato de que as suas posições políticas, que são públicas, foram colocadas inclusive publicamente em redes sociais, acabam gerando suspeita sobre a conduta de V.Sa. enquanto profissional.

E eu cito aqui, inclusive, o exemplo do Acre. Uma operação, que foi conduzida por V.Sa., em que nós tivemos praticamente 2 anos de escutas relacionadas ao Partido dos Trabalhadores e hoje praticamente todas as pessoas estão sendo inocentadas, absolvidas por ausência de provas. E isso gerou uma instabilidade e uma suspeita muito grande a respeito da... E nós acreditamos na Polícia Federal, Deputado Fernando Francischini, acreditamos no caráter republicano da Polícia Federal, mas, quando esse tipo de conduta acontece, acabam gerando suspeitas.

É por isso que eu gostaria muito que V.Sa. pudesse responder as perguntas nesse momento para gente saber realmente se existe esse envolvimento partidário, se existe intencionalidade. Eu perguntaria se V.Sa. já foi filiado a algum partido político.



O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Negativo, Excelência, eu nunca fui filiado a nenhum partido político.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Se V.Sa. pediu dispensa, através do *habeas corpus*, ao STF porque tem problemas, está com medo de dizer alguma coisa.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Não, Excelência, a solicitação do HC foi principalmente referente a não quebrar o sigilo dos Autos nº 737 e da sindicância.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E aí a questão do envolvimento político relacionado aos grupos que se colocam dentro da Polícia Federal, tenho várias perguntas aqui também a esse respeito. Quando é que foi feita a sua remoção para a SR do Paraná? Quando é que foi feito isso? O senhor teve alguma ajuda política para isso?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Negativo, Excelência, na verdade foi a remoção do Dr. Marcelo, na época Superintendente do Estado do Acre. Ele foi removido para o Estado do Amazonas, e eu, a convite da Superintendência do Paraná, fui removido para executar um trabalho lá também.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É verdade que essa remoção foi feita como um prêmio de lealdade, que o senhor recebeu a Chefia da Unidade GISE em Curitiba?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Negativo, Excelência, quem conhece a instituição, o organograma, tem consciência de que esse fato não vai acontecer dessa forma. Eu estou sendo bem franco e honesto com V.Exa. Uma remoção dessa, tanto é que eu fui para o Estado do Paraná sem assumir qualquer tipo de chefia. Após algum tempo, eu fui nomeado Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários — e também não foi nem a Delegacia de Repressão a Entorpecentes; daí, depois de algum tempo, fui, por mérito do trabalho, reconhecido como chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes. Então, assim, dentro da própria Polícia Federal existe uma demonstração do trabalho de toda a equipe e você consegue galgar um cargo melhor ou não, dependendo do seu trabalho. Aqueles que não trabalham efetivamente também terminam não tendo essa possibilidade de galgar uma função.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - V.Sa. conhece o DPF Fanton?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Conheço, sim, Excelência.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - E qual a sua relação com o DPF Fanton?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, não tenho mais relação nenhuma com o DPF Fanton.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas já teve uma relação próxima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É uma pessoa que o senhor considera de conduta ilibada, reputação ilibada?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, eu prefiro nem me manifestar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só para finalizar, Sr. Presidente, a pergunta que eu acho que todos nós queremos saber.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Há contradição no relatório. Em seu relatório de sindicância existem duas aparentes conclusões sobre o equipamento apreendido em cima da cela utilizada por Youssef: uma de que foi instalada há muito tempo, conforme a versão do APF Romildo; e a outra de que seria decorrente de medida judicial proferida nos autos — e está aqui o número: Autos nº 2.008, 70000063444 —, já mencionada anteriormente. Afinal, qual das versões é correta, no seu entendimento?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, sobre o tema, em razão do sigilo, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Antonio Imbassahy é o próximo inscrito, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, Delegado Maurício Moscardi Grillo, na verdade, Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um comentário de que o Brasil assiste ao desmonte da maior organização criminosa de toda a história do País, eu diria até do planeta. No tempo



moderno, talvez não tivesse acontecido um escândalo dessa magnitude. E quem está promovendo esse desmonte? São as nossas instituições, tendo à frente, sem dúvida nenhuma, a Polícia Federal. Então, ficamos orgulhosos de ver o trabalho da Polícia Federal em proteção dos princípios, em proteção da sociedade brasileira.

Eu também não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que o País aplaude e confia na Polícia Federal. Eu confio na Polícia Federal, como acredito que todos os membros da CPI também confiam nessa elogiável instituição. Então, vejo com muito cuidado, com muita cautela, tudo o que está sendo feito, durante esse período aqui na CPI. E até numa analogia também, na medida em que nós confiamos na Operação Lava-Jato, conduzida pela Polícia Federal através dos seus profissionais qualificados de carreira: não tem por que não confiar na apuração de inquérito interno da própria Polícia Federal, se todos nós entendemos que o que está sendo feito na Operação Lava-Jato alcança essa proporção, essa magnitude, e isso está sendo conduzido pela Polícia Federal, reitera a minha confiança também de que essas apurações que estão sendo feitas dentro da Polícia Federal chegarão a bom termo, serão esclarecidas. Mas, de forma nenhuma deve abalar a conduta, o roteiro, a direção dessa elogiável operação e trabalho. Não tem nenhum sentido, da parte da CPI — compreendo as preocupações, são absolutamente pertinentes —, mas não tem nenhum sentido deixar de confiar nos resultados finais, que vão aparecer no momento próprio, fazendo com que se separe, se houve eventualmente algum tipo de problema durante o momento.

Sr. Presidente, eu encerro aqui dizendo que devemos aguardar com serenidade. Estamos encerrando hoje esse trabalho junto a oitivas de profissionais da Polícia Federal e vamos seguir adiante com as nossas tarefas aqui, na CPI. Reitero a minha mais absoluta confiança e a minha mais absoluta certeza de que todo o trabalho na Operação Lava-Jato está sendo bem conduzido, e de que, diria, esse problema, que pode ter uma dimensão maior ou menor, não sabemos, será devidamente esclarecido no momento oportuno.

Que siga a Polícia Federal com as suas obrigações e orgulhando o País!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente, que tem até 3 minutos.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Delegado Moscardi, eu queria, como tenho só 3 minutos, fazer uma observação. Nós ouvimos aqui várias figuras da Polícia Federal de Curitiba, entre as quais o agente Dalmey, o Delegado Fanton, o Rivaldo e o Delegado legas. Eles foram bastante detalhistas no relato dos fatos, e, como foram bastante detalhistas, relataram pressões, contrapressões e averiguação de que teria havido algum grau de pressão da hierarquia superior da Polícia Federal do Paraná. Inclusive, o Delegado Rosalvo está aqui para depor hoje. E que uma acusação formal muito grave, feita pelo agente Dalmey, de que quatro pessoas importantes — não, V.Sa. não estava nesse esquema; seriam outros: o Delegado Igor Romário, o Rosalvo, a Daniele e o Delegado Márcio Anselmo —, foram citados na questão do grampo. V.Sa. é o autor da sindicância, e, na sindicância, o Delegado Fanton também disse que houve muita pressão. Ele detalhou isso. Está tudo nas atas aqui, como nós estamos assistindo.

O que eu estou estranhando é por que exatamente o Delegado... Não sei o que o Delegado Rosalvo vai dizer aqui agora, daqui a pouco; se ele vai responder a todas as questões, inclusive porque ele é o Superintendente. Mas como há esse questionamento sobre o sigilo de Justiça, se não há sigilo, V.Sa., me parece, está perdendo uma oportunidade de responder adequadamente para a sociedade. Nós não estamos numa reunião fechada, nós estamos numa reunião aberta, inclusive. Então, fica essa dúvida. Eu queria entender esta questão: por que vocês não estão se defendendo, já que os outros foram tão detalhistas, fizeram acusações? E, na verdade, há um processo contra eles, inclusive a insinuação de que eles receberiam de empreiteiras para camuflar, etc. Então, para a sociedade civil cria-se um fato não republicano para a Polícia Federal, o que não é bom para o histórico da Polícia Federal e pela importância que ela está tendo na Operação Lava-Jato. É isso o que eu queria questionar a V.Exa.

Segundo, como presidente da sindicância, se V.Sa. chegou a se comunicar com o Juiz Sérgio Moro, quer dizer, se o Sérgio Moro sabia que a escuta era ilegal, se ele foi comunicado de que a escuta era ilegal ou se houve algum movimento para impedir que essa informação chegasse ao Juiz Sérgio Moro. Então, como o Delegado Rosalvo é seu superior, é Superintendente da Polícia Federal — não sei



se ele está com a mesma orientação da Advocacia para não seguir adiante nos depoimentos —, mas eu gostaria de ouvi-lo sobre isso, porque é uma acusação de ilegalidade. Se uma parte da Polícia Federal vem aqui e faz detalhadamente uma acusação, e quem poderia responder — e estão inclusive processando os que os acusam —, e não falam, o que passa para fora é uma complacência ou uma admissão de culpa. É sobre isso que eu queria ouvi-lo e a questão do Sérgio Moro, por favor.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Eu entendo V.Exa. Sobre esse ponto, posso dizer que nunca sofri qualquer pressão em relação à sindicância, que foi um dos questionamentos que o senhor falou, em qualquer grau de hierarquia do órgão. Agora, sobre o tema da sindicância, Excelência, por ter sido agregada ao Inquérito 737/2015, a sindicância se tornou sigilosa e, por conta disso, eu evito falar do assunto. Mas todos os fatos pormenorizados foram trazidos à Corregedoria-Geral da Polícia Federal. E lá consta tudo o que eu poderia falar sobre o assunto. É esta a convicção que eu gostaria que os senhores tivessem, que V.Exas. tivessem. E, no momento em que baixar o sigilo dos autos, eu me predisponho a estar aqui novamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Até para uma acareação? Acha que teria algum problema?

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Excelência, é muito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Embora eu ache que a CPI possa chegar ao final, pelo que nós vimos aqui no começo hoje (*risos*), tem alguns que não querem.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - O que eu posso dizer novamente: enquanto os autos... E foi negada, até onde eu tive conhecimento, a quebra do sigilo dos autos 737. A gente fica impedido de falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

Passo a palavra para o Deputado João Gualberto, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Maurício, Sr. Relator, eu confesso que é repugnante ouvir alguns Deputados aqui que falam em



defesa da Polícia Federal e que, na verdade, só querem tentar melar a Lava-Jato, a única tentativa, e falam com consciência de causa, dando lição de moral ao Delegado Maurício. E a intenção única, única, é tentar melar a Lava-Jato. Por quê? Porque os seus partidos todos estão envolvidos, ou muitos deles, no grande esquema de corrupção montado pelo ex-Presidente Lula, e que teve o seu vice e chefe da quadrilha preso, o José Dirceu, pela segunda vez, porque o chefe é o Presidente Lula, o ex-Presidente. E ficam aqui querendo dar lição de moral para as pessoas, querendo confundir a opinião pública. Esses mesmos que dizem que defendem a PETROBRAS e que quebraram a PETROBRAS!

A PETROBRAS vale hoje 10% do que valia 5 anos atrás — 10%! Quebraram a PETROBRAS, estão quebrando o Brasil, querem acabar com a CGU, fatiando a CGU, para que não apure mais nada. São esses Deputados que estão aqui tentando acusar o Delegado Maurício e outras pessoas da Polícia Federal para tentar mostrar que teve alguma irregularidade nos aparelhos de escuta, para tentar melar.

É claro que a população entende que as pessoas estão envolvidas — o maior partido do Brasil que governa o Brasil, os maiores empresários do Brasil. É lógico que a pressão é muito grande para que isso aconteça. Mas eu acho que não vai acontecer não, porque eles podem tentar fazer alguma coisa aqui na CPI, mas não conseguem falar com o Juiz Sérgio Moro e outros Procuradores, etc.

Então, isso é mais um desabafo. Realmente, eu repito, é repugnante ver pessoas, Deputados dissimulados, aqui, mostrando uma coisa, e, na verdade, a intenção é outra. Eu só queria registrar isso e pedir a consciência desses Deputados. O que está em jogo é o Brasil. Não é possível que nunca vamos acabar com essa corrupção, que o PT também aparelhou e organizou no Brasil, todo o mundo sabe, não é surpresa.

Como é que pode uma PETROBRAS, uma das maiores empresas do mundo, hoje valer 10% do que valia no passado em função da corrupção que o PT implantou no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

Passo a palavra para o Deputado Delegado Waldir, pelo tempo de até 3 minutos.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras, Delegado Maurício, venho aqui, com muito carinho, parabenizar o senhor e alguns delegados. Vocês estavam numa operação sigilosa, ao longo da Lava-Jato, foram nomeados para algumas investigações e, de repente, é um direito de vocês próprios manifestar opinião a respeito de voto — é um direito! Vocês têm liberdade de expressão para manifestar o voto de vocês, ainda mais vocês, que estavam numa magnífica investigação e sabiam quem era bandido ou não, sabiam dos casos de corrupção. Como que você vai votar em bandido que está envolvido em quebrar o Brasil? Não tem jeito!

Parabéns pela atitude do senhor e dos demais delegados que criaram um grupo e entre vocês conversaram. Isso é direito de opinião e de expressão.

Vou mais longe, Sr. Presidente. Faço um apelo ao foco desta CPI: ouvir os delegados aqui. Isso é questão de Corregedoria, é uma palhaçada. Parece-me que o caminho desta CPI, em algumas seções, é tentar fazer a investigação virar pizza. Desculpe-me, Sr. Deputado, nobre Presidente, pensar dessa forma. Poxa, até agora nós não ouvimos aqui o Palocci, envolvido em muitas falcatruas, Delegado, nem o Lula, que é o chefe dessa organização criminosa. É muito claro isso! E ele não foi trazido aqui, para o senhor ver como têm sido tendenciosas algumas ações, o Okamoto da mesma forma. Fora isso, há dezenas de pessoas que deveriam estar sentadas no seu lugar, aí, e não foram trazidas, não sei por que motivo. Mas o Brasil está fiscalizando e vai dar uma resposta a essas pessoas na urna.

Em relação à questão de o nobre delegado ter feito sindicância, eu faria uma sindicância. É livre arbítrio do delegado se ele vai fazer sindicância, inquérito. É necessária prova pericial. Tem que ver se esse equipamento funciona. Pena que o Deputado Luiz Sérgio não está aqui para eu ensiná-lo. Porque, por exemplo, se uma arma não funciona, como se vai instaurar um inquérito a respeito? Tem que haver provas periciais. Tudo isso aí tinha um caminho, e essa decisão cabe ao nobre delegado.

Quero dizer, realmente, que a Polícia Federal é excelente, mas, se dependesse do Ministro José Eduardo Cardozo, ela já teria acabado há muito tempo. Fica esse recado. Ele é, sem dúvida, um Ministro investigador e, se ele está determinando as condutas dessa forma, fica muito estranha essa situação.



Mas vou às minhas perguntas, nobre delegado, se o senhor puder respondê-las. Se não tiver como responder, também respeito o seu direito.

O senhor entende que esse episódio orquestrado, ou seja, essa armação foi com o propósito de melar a investigação da Lava-Jato ou V.Sa. entende que isso é fruto de uma briga interna na PF pela condução da investigação?

Queria que o senhor anotasse as perguntas, porque o meu tempo vai se exaurir daqui a pouquinho, ou, depois, eu retorno só para questionar. Se é melação ou briga interna, o senhor poderia responder isso?

V.Sa. tomou conhecimento do material apreendido com o Marcelo Odebrecht em que ele disse que havia dissidentes dentro da Polícia Federal querendo derrubar essa operação? Qual a leitura que V.Sa. faz a respeito? Dalmey, IEGAS, Fanton, que estiveram aqui, são partes desse grupo contratado pela Odebrecht?

Para finalizar — é a última pergunta, Sr. Presidente —, eu gostaria de saber se V.Sa. entende que segmentos do Governo Federal também poderiam estar mancomunados com a Odebrecht e com outras empreiteiras, de forma a desacreditar o brilhante trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, e se Parlamentares desta CPI ou outros Parlamentares estariam envolvidos neste projeto também de desacreditar o brilhante trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público. Eles atendem interesses de quem?

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Obrigado, Delegado Maurício.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Agradeço, Excelência, os elogios. Muitos dos assuntos tratados por V.Exa. hoje são parte do Inquérito 737/2015, acho que quase todos eles, a questão dos dissidentes, tudo isso que o senhor falou. Muitos desses dados, quase todos também, eu prestei esses esclarecimentos à Corregedoria-Geral da Polícia Federal. Por conta disso e do segredo de justiça dos autos, Excelência, eu peço a compreensão de não me manifestar, aqui, neste momento, detalhadamente, sobre o assunto. Tão logo seja baixado o segredo de justiça, mais uma vez, digo que sou voluntário a estar aqui e descrever, pormenorizadamente, todos os fatos que norteiam essa investigação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Em relação aos outros temas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço, Deputado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu só queria saber se essa resposta do senhor abrange todas as perguntas que eu fiz.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Sim, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir.

Agora, passo a palavra para o Deputado Aluisio Mendes, como membro, não como autor do requerimento.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Dr. Maurício, eu voltei a lhe perguntar, inscrevi-me novamente para dizer o seguinte: nada contra o senhor, eu só acho que o senhor tinha um papel fundamental nessa investigação. Se o senhor tivesse conduzido essa sindicância como ela deveria ter sido conduzida, poderia ter estancado esse problema no início e teria eliminado um problema, focalizando-o, e não haveria todo esse desdobramento que nós estamos acompanhando. E eu fico realmente surpreso...

O Delegado Fanton, o senhor disse que não quer fazer referência a ele, mas ele disse que era seu amigo. Ele é da sua turma de academia. Eu tenho aqui até uns *prints* de conversas que o senhor teve com ele. Eu não vou nem citar essas conversas, porque...

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Ele não é da minha turma da academia, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está bem, mas ele foi seu colega, trabalhou com você no período do Paraná. Eu tenho aqui conversas que o senhor teve com ele, *prints* das conversas, que, inclusive, foram entregues à Corregedoria.

Mas eu tenho, realmente, uma preocupação, Delegado Maurício: por que o senhor não agiu de maneira correta e isenta nessa sindicância? É essa a minha preocupação. Se o senhor tivesse agido, naquele momento, como deveria agir, periciando equipamento, checando... Está aqui o documento encaminhado pela Divisão de Inteligência da Polícia Federal, pelo Delegado Daniel Lorenz. Quando ele encaminha os equipamentos AT 160 para Curitiba e eles chegam lá. A data de recebimento é 24/09. Quer dizer, eles chegaram lá 6 meses depois da data em que



o Sr. Fernandinho Beira-mar chegou à cela. Se o senhor tivesse tido o mínimo cuidado na condução dessa sindicância, e eu imagino as pressões que o senhor sofreu lá, teria estancado esse problema no início, ela não teria tido o desdobramento que teve.

A minha preocupação é com o senhor, porque essa sindicância foi conduzida pelo senhor, e, se a Corregedoria agir como eu acho que ela vai agir, vai verificar que a sindicância não foi conduzida corretamente, e o senhor se expôs nisso. O senhor não periciou um equipamento. Está no Código de Processo Penal que era obrigatório pedir a perícia daquele equipamento. O Sr. Dalmey não é perito para fazer um relatório sobre o funcionamento daquele equipamento. Então, o número de falhas ocorridas na sindicância pode comprometê-lo. E eu tenho essa preocupação.

O senhor foi muito pressionado, eu tenho certeza disso. Se o senhor tivesse agido de maneira correta na condução da sindicância... Eu tenho aqui inúmeras falhas observadas na sindicância: falta de depoimentos de pessoas que deveriam ter sido tomados, falta de perícia. Este é um dado basilar, o senhor sabe disso. O senhor é um delegado competente, com 10 anos de Polícia. O senhor não pediu a perícia do equipamento. O senhor não pediu a perícia da cela onde foi encontrado o equipamento. O senhor deixou de periciar o equipamento e o local onde ele foi encontrado. Essas são falhas gravíssimas, e o senhor sabe disso. Se o senhor tivesse agido dessa maneira, esse problema teria sido estancado ali, teria sido responsabilizado quem deu causa a esse fato, e ele não teria esse desdobramento que está tendo agora.

A minha convocação para o senhor vir aqui era no sentido de que o senhor pudesse trazer luz a esse problema. Eu vi aqui... Ontem, nós tivemos conhecimento, aqui, de um organograma criminoso que o Delegado Fanton nos entregou, que lhe foi entregue pelo Delegado Igor, no qual se citam vários colegas seus de reputação ilibada. O DRCOR de São Paulo, o Superintendente da Polícia Federal do Mato Grosso hoje, vários delegados e agentes, que são a elite da Polícia Federal foram identificados no organograma como se fizessem parte de uma organização criminosa. O Deputado Francischini foi citado nessa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, a minha preocupação foi essa, não foi, de maneira nenhuma, expor a Polícia Federal. Eu não votei na Presidente Dilma e não recebi ajuda de nenhum partido, de nenhuma empresa dessas. Eu votei no candidato Aécio Neves para Presidente da República. A minha preocupação aqui é preservar a operação e responsabilizar quem agiu de maneira criminosa. Eu não faço parte de nenhum partido ligado à Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, eu queria lhe esclarecer que a sua convocação aqui foi para lhe dar uma oportunidade de se defender e explicar o que aconteceu. O senhor teve essa oportunidade e, infelizmente, abriu mão dela.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Entendo V.Exa., os questionamentos. Todas as oportunidades de falar sobre o assunto, trazer as provas, os fatos, foram fornecidos à Corregedoria da Polícia Federal. Em momento oportuno, talvez, eu possa estar novamente aqui apresentando tais fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes.

Agora, o último Deputado inscrito é o Deputado Fernando Francischini, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, nobres colegas, eu queria que o tempo da Vice-Liderança da Minoria fosse agregado ao meu tempo de inscrição.

Eu gostaria de cumprimentar o Relator e de dizer que nos excedemos no começo, mas por um motivo justo. Eu sou representante da Polícia Federal e venho defender a minha instituição, que é renomada, que é motivo de orgulho de todos os brasileiros, que conduziu a maior operação de combate à corrupção da história do nosso País, quiçá do mundo, porque vem sendo premiada em várias partes de mundo. Eu tenho que fazer esse papel, porque a população brasileira exige a defesa intransigente da Polícia Federal no Congresso Nacional.

Eu queria destacar que não gosto de debater um assunto como este: um desentendimento interno da Polícia Federal. De um lado, tenho amigos que trabalharam comigo; do outro, também. Não podemos dizer que essas pessoas são



bandidos, criminosos, nem podemos dizer que a organização é composta só de pessoas renomadas que estão em funções estratégicas. Talvez isso seja um desentendimento interno, que não deveria estar numa CPI. Nós deveríamos estar ouvindo corruptos, corruptores de desvios de bilhões de reais, e não um desentendimento interno da Polícia Federal. Tanto os delegados quanto os agentes, que estão nessa contenda dos dois lados, são pessoas sérias. Não existe corrupção nessa disputa interna por uma investigação.

É muito triste assistir a isso. Tenho que vir fazer essa defesa intransigente, tanto dos delegados que depuseram na última reunião desta CPI como do Deputado Delegado Moscardi, uma referência da nova geração da Polícia Federal, que comandou operações de combate ao tráfico internacional nas fronteiras que tiraram toneladas de cocaína da porta das escolas de crianças do País todo.

Temos que dar à Polícia Federal a credibilidade que a população brasileira dá. Ela tem que fazer apuração interna para checar se houve irregularidade ou não e o que há por trás de tudo isso. Eu acho que a instituição tem credibilidade para fazer essa investigação. Que possamos esperar por isso e que, ao final, tenhamos um resultado prático.

Não podemos assistir a isso; por isso, a minha revolta. Muitos — eu sei que não é o caso do Deputado Aluisio Mendes — têm interesse em que essa operação não chegue a nada, em que tenhamos deixado algo escorregadiço ali para ser usado nos Tribunais Superiores, para causar uma nulidade, o que não é o caso.

Eu venho defendendo publicamente o Juiz Sérgio Moro, o Procurador Rodrigo Janot, o nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, porque sei que têm feito um trabalho ilibado. Temos que continuar apoiando a Polícia Federal, que executa essas operações na base.

Não podemos constranger um delegado que está no meio da investigação enquanto a Polícia Federal não concluir uma investigação administrativa. Nós estamos invertendo os papéis, colocando os investigadores, que viraram orgulho para o nosso País porque tiveram a coragem de fazer o que o Deputado Ivan Valente disse — colocar o dedo na ferida da corrupção —, numa posição constrangedora por uma disputa interna da Polícia Federal.



Vejam: dos dois lados nós temos pessoas sérias, amigas. Não vejo nenhum caso de corrupção ou de desvio de conduta; eu vejo um desentendimento interno. O Deputado Onyx Lorenzoni colocou muito bem: nós poderíamos estar ouvindo o próprio Bendine, cuja convocação votamos hoje, e outros.

Temos que deixar a Polícia Federal acabar essa apuração. Vou apoiar os requerimentos do Deputado, quando tivermos o resultado, para exigir uma apuração mais rigorosa, para o que for necessário, mas vamos deixar a Polícia Federal trabalhar.

Finalizo, Sr. Presidente, com uma consideração relativa às redes sociais. Se todo mundo que reclamar do Governo ou acusar de corrupção o que está escancarado, com as vísceras abertas, tiver filiação partidária, o País inteiro será filiado a algum partido, porque nós temos direito à livre expressão, temos direito de nos manifestar.

Nós estamos vendo a repercussão negativa de projetos de lei que visam colocar mordaza nas redes sociais, dizendo que quem falar mal de político em rede social vai acabar com uma punição criminal. Nós não podemos constranger os delegados, que têm sua vida pessoal, sua rede social, e dizer que eles não podem se manifestar. O povo brasileiro tem se manifestado.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço as lúcidas palavras do Deputado Fernando Francischini.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio.

Antes, porém, se o Delegado Maurício Moscardi quiser dar alguma resposta com relação aos comentários do Deputado Fernando Francischini...

Fique à vontade.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Apenas agradeço ao Deputado pela deferência, pela lembrança. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Respeitosamente, mas num tom de brincadeira, quero dizer que o Deputado Fernando Francischini usou a palavra e disse: *“Como representante da Polícia Federal”*. Como representante da Polícia



Federal, numa boa, possivelmente S.Exa. falhou, porque o Maurício está aqui porque membros da Polícia Federal, da corporação da Polícia Federal, estiveram nesta CPI e fizeram denúncias sérias.

Se é briga, se é desentendimento, não cabe a mim fazer esse juízo de valor, porque se trata da Polícia Federal. Talvez, o debate acalorado que aconteceu hoje aqui pudesse ter acontecido nos outros dias. Seguramente, o dia a dia da Câmara nem sempre nos permite estar em todos os locais ao mesmo tempo.

Outra questão: V.Exa., como admitiu, em vários momentos se excedeu um pouco. Com todo respeito, acredito que nem deva ter refletido direito, mas considero grave, por exemplo, o que disse a respeito da fala do Delegado Waldir. Ele disse: *“A escuta, que teria chegado, de uma fala do diretor da Odebrecht aos nossos aliados da Polícia Federal...”* *“Seriam essas pessoas contratadas pela Polícia Federal para poder melar a operação?”* A meu ver, é ofensivo à Polícia Federal fazer o juízo de valor de que ela estivesse sendo instrumentalizada por A ou por B.

O fato concreto é que a Polícia Federal já admite que houve uma escuta sem autorização judicial. E este inquérito, que é do conhecimento público, que está aqui na CPI, conclui que esse aparelho de escuta faz parte de um processo falho, porque não é o aparelho ao qual o inquérito se refere.

Então, existe um problema sério que precisa ser esclarecido. Esclarecer esse fato, a meu ver, é, acima de tudo, preservar a Polícia Federal enquanto instituição essencial ao Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra ao Delegado Maurício Moscardi Grillo, para suas considerações finais.

O SR. MAURÍCIO MOSCARDI GRILLO - Agradeço a todos os Deputados. V.Exas. fizeram algumas perguntas. Eu sei que a gente não respondeu a todas as perguntas, por conta do segredo de justiça, do Inquérito 737/2015. Por conta disso, não podemos entrar nos detalhes da sindicância, de provas e fatos que correspondem a esses autos. Mas reafirmo o meu compromisso, sempre, com a isenção, com a legalidade dos atos, com o devido processo legal, dentro de um



órgão sério, de uma instituição séria, a qual me orgulha muito pertencer e que me honra, sempre com a prestação do meu serviço digno e correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado.

V.Sa. está dispensado.

Convoco o Sr. Rosalvo Ferreira Franco. *(Pausa.)*

Tendo em vista o teor do requerimento aprovado e considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* nº 130.553, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais.

Informo, entretanto, a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra o Dr. Delegado Rosalvo Ferreira Franco, pelo tempo de até 20 minutos para as considerações iniciais.

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Boa tarde a todos. Meu nome é Rosalvo Ferreira... Primeiramente, quero me dirigir a S.Exa., o Presidente da Mesa, Deputado Antonio Imbassahy; ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, e ao Deputado Félix Mendonça Júnior, Vice-Presidente. Boa tarde, demais Deputados Federais, senhoras e senhores. É uma honra estar aqui perante esta Comissão. Primeiramente, eu quero me apresentar. Eu sou Delegado Rosalvo Ferreira Franco, estou na Polícia Federal há 30 anos. Tomei posse na Polícia Federal em 23 de agosto de 1985. Fui, por 14 anos, agente da Polícia Federal, com muita honra, e há 16 anos eu sou delegado da Polícia Federal. Já assumi diversos cargos de chefia na Polícia Federal, dentre eles, o de Chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, durante 8 anos, na Superintendência Regional do Paraná. Fui Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, durante 2 anos, na Superintendência Regional do Paraná. Fui Delegado Regional Executivo e substituto do Superintendente Regional, por 2 anos, também na Superintendência Regional do Paraná, quando fui convidado pelo Dr. Leandro, o atual Diretor-Geral, para ser Superintendente Regional na Superintendência do Rio Grande do Sul. Eu fui Superintendente de junho de 2011 até abril de 2013. Fui convidado, também, pelo Dr. Leandro para assumir a Superintendência Regional da Polícia Federal no



Paraná, onde eu estou desde 14 de junho de 2013. Gostaria de dizer aos senhores e às senhoras que, durante esses 30 anos que eu estou exercendo a minha função de policial federal, sempre cumpro os ditames da lei. Eu sou gestor da maior operação de combate à corrupção do País, como é atualmente dita pelos órgãos de imprensa. Tenho uma responsabilidade imensa. Diligências estão sendo desencadeadas, muitas das coisas de que eu tenho conhecimento são em razão do cargo que eu exerço. Em razão disso, eu tenho o dever e a obrigação legal de não decliná-las. Já de antemão, informo aos Srs. e Sras. Deputadas que, em relação a qualquer pergunta, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio, em razão do HC 130.553, do Ministro do STF Teori Zavascki, proferido na data de ontem. Então, de antemão, senhores e senhoras, eu vou ouvir as perguntas, mas vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou, para uma questão de ordem, falar, por apenas 30 segundos. Eu quero lamentar essa situação que nós estamos vivendo aqui. Em vez de ouvirmos, de investigarmos os bandidos, a quadrilha que assaltou a PETROBRAS, nós estamos trazendo aqui a Polícia Federal, que nem concluiu a sindicância interna, o inquérito, de uma coisa que não tem nenhum sentido. O policial federal, o delegado da Polícia Federal está aqui. O Superintendente não pode se sentar aqui para ser humilhado. Eu não consigo entender o que nós estamos ganhando com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Qual é a sua questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu quero demonstrar a minha indignação e a minha solidariedade à Polícia Federal, que tanto tem feito pelo nosso País, que tanto tem ajudado as pessoas decentes deste País.

E peço que o comando da CPI — o Deputado Hugo Motta e o próprio Relator — repensem isso. Quer dizer, nós não podemos trazer aqui o Superintendente da Polícia Federal. Ele, constrangidamente, tem que se valer do direito constitucional. Isso não é coisa para delegado de Polícia Federal. Isso é coisa para bandido. E ele



está aqui por questões que envolvem sigilo, questões que envolvem investigações internas, que ele não pode revelar.

Então, eu quero pedir que a CPI tenha compreensão. Nós precisamos prorrogar esta CPI para investigar. Quem tem que estar sentado aí são os bandidos, não aqueles que fizeram a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Rosalvo, como eu procedi com todos aqueles que estiveram aqui...

V.Sa. disse que vai se manter em silêncio. Caso esta audiência, esta oitiva seja reservada, V.Sa. estaria com disposição, então, de falar, de comentar, dependendo da pergunta que lhe for feita?

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Não. Mantenho a minha mesma posição e não vou rever nenhuma solicitação sobre pergunta nenhuma. Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Diante... Quero, primeiro, fazer a afirmação de que todos nós queremos a preservação da instituição Polícia Federal.

O clima aqui, no começo da reunião, chegou a ficar tenso, mas ainda bem que tudo se acalmou, porque nós queremos, acima de tudo, a verdade dos fatos e os esclarecimentos.

V.Sa., evidentemente, sabe que está aqui porque também, num determinado momento, chegaram a esta CPI documentações, denúncias, documentos que trazem preocupação. E esta CPI, evidentemente, diante desses fatos, teria que se atentar a eles.

E um desses fatos é que a própria Polícia Federal — isso é um documento da Polícia Federal — afirma que os equipamentos encontrados na instalação, lá no chamado fumódromo, foram instalados sem autorização da Justiça. Sem autorização da Justiça é crime. E a pergunta fica: sendo um crime, a sindicância é o instrumento mais adequado para apurar?

Em segundo lugar, em relação a esse fato, a informação que nós temos é que o equipamento encontrado não foi periciado, a cela não foi lacrada, pessoas não



foram ouvidas. Quer dizer, todos esses fatos chegaram à CPI. A CPI não pode fingir que esses fatos não chegaram até ela.

E eles chegaram através de pessoas da Polícia Federal. Quer dizer, então, que não é um problema criado por nenhum Parlamentar desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós já vimos operações que foram anuladas no Supremo, como se referem, em conversas, próprios membros da Polícia Federal, no caso do Daniel Dantas, sob a argumentação de que se colheram provas sem terem os instrumentos legais preservados.

Em relação a esse fato nós vimos delegados da Polícia Federal terem sido punidos pela corporação com a perda do cargo público, como foi o caso do Protógenes, que foi Parlamentar aqui junto conosco, e que está recorrendo em relação a isso, não é?

Então, são esses os fatos que nós gostaríamos de ver esclarecidos hoje aqui. Infelizmente, pelo silêncio, que é um direito constitucional de V.Sa., esses fatos e essas dúvidas vão permanecer aqui com os membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Algum comentário que V.Sa. deseja fazer?

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Não. Só confirmar que eu vou permanecer em silêncio. A qualquer pergunta que me for feita, entendo por base o HC 130.553, do STF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Sub-Relator, Deputado Valmir Prascidelli, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou fazer como no outro depoimento: ouvir primeiro os autores do depoimento e, se for o caso, se V.Exa. permitir, eu voltaria a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Com a palavra, então, o autor do requerimento, Deputado Aluisio Mendes, pelo tempo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu queria que agregasse o meu tempo de inscrito e de proponente da convocação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Como Relator? Como autor do requerimento?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Como autor do requerimento e como inscrito. Eu sou o primeiro inscrito. Que o senhor considerasse os dois tempos já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. V.Exa., então, dispõe de 5 minutos mais 3 minutos. Portanto, 8 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Dr. Rosalvo, o senhor é o Superintendente da Polícia Federal no Paraná há quanto tempo? Esta é uma informação que não vai lhe comprometer.

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Não vou responder. Eu já disse que não vou responder a nenhuma pergunta. Eu já disse isso na minha apresentação.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É uma pena, porque eu acho que o senhor tinha muito para esclarecer.

Um dos fatos é como o senhor se sentiria como Superintendente da Polícia Federal, onde há real e comprovadamente uma briga interna entre facções. Vieram aqui vários delegados e agentes depondo com relação a algumas ilegalidades ocorridas, segundo eles, dentro da Superintendência, e há outro grupo que defende que não houve essas ilegalidades.

Eu entendo que a sua situação é muito desagradável no sentido de o senhor ser hoje o gestor da Superintendência, onde há essa briga entre facções, essa discussão entre setores da Polícia Federal. Mas eu acho que o senhor, como responsável maior pelo órgão no Paraná, deveria ter tomado algumas providências. Por exemplo, a Sindicância nº 004 — não há mais sigilo sobre ela, que já está de posse desta CPI, e o senhor determinou a instauração dela, mas, ao meu ver, deveria ter sido um inquérito policial — foi evitada de uma série de atitudes que não correspondem à história da Polícia Federal. Encontrou-se um equipamento dentro de uma cela, mas não foi feita uma perícia desse equipamento e não foi feita uma perícia dessa cela. Houve uma conclusão que nós sabemos, hoje, que não pode ser verdadeira, porque a própria Polícia Federal tem um documento dizendo que aquele equipamento, o AT 160, foi enviado para lá 6 meses depois que o Beira Mar esteve na cela.



Então, sem dúvida nenhuma, é uma sindicância que não se sustenta por si só. Eu acho que o senhor, como gestor maior do órgão, é responsável, como o senhor disse, por uma operação que talvez seja a mais importante da história do País feita pela Polícia Federal, da qual nós queremos ver resultados, queremos ver preso quem roubou a PETROBRAS, quem roubou este País. Esse é o meu interesse, e acho que também é o da maioria da população brasileira, senão da totalidade dela. Mas esses fatos ocorridos no interior da sua Superintendência, da qual o senhor é o chefe, podem de alguma maneira comprometer. Se esses fatos tivessem sido isolados ou responsabilizados no início, talvez nós não tivéssemos hoje aqui a necessidade de ouvir o senhor e todos os delegados que estão vindo aqui, porque a nossa intenção — pelo menos a minha intenção — é justamente responsabilizar, se for o caso, aqueles que cometeram alguma ilegalidade, preservando a Operação Lava-Jato, porque eu, como o senhor, tenho certeza, quero ver todo mundo que roubou a PETROBRAS na cadeia, seja o Presidente Lula ou quem quer que seja. O que eu não quero é que uma ilegalidade ou uma irresponsabilidade cometida no início da operação possa vir a contaminar toda essa operação. Esse é o meu interesse, esse é o meu intuito.

Esses documentos chegaram-me às mãos por ninguém mais do que membros da Polícia Federal que estão também preocupados com isso.

Então, a minha pergunta para o senhor é: como o senhor entende, como o senhor verifica essa situação difícil dentro da Superintendência do Paraná, onde se percebem dois grupos disputando não sei se poder ou o que quer que seja, mas que podem vir a comprometer a investigação mais importante de que este País já teve conhecimento.

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Deputado Aluisio Mendes, eu vou me reservar o direito constitucional do silêncio em razão do HC 130.553.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É uma pena que o senhor não venha aqui esclarecer esses fatos.

Eu imaginei que, pela sua história na Polícia e pelos anos que o senhor tem na Polícia, que o senhor viesse aqui nos dar uma explicação para isso.

Eu até me surpreendi quando o senhor impetrou um *habeas corpus* no sentido de não comparecer a esta CPI, porque eu acho que o mais interessante para



todos nós e para o País era que o senhor, como o chefe da Polícia Federal no Paraná, viesse nos esclarecer o que é que está acontecendo lá. Há vários delegados com reputação reconhecida em toda a Polícia Federal, como o Dr. legas, o Dr. Fanton e o Dr. Rivaldo, reportando fatos graves acontecidos na Superintendência e que precisam da resposta da pessoa que tem a responsabilidade sobre a Polícia Federal no Paraná.

Eu estava aqui realmente muito... Eu fiz o requerimento de convocação de V.Sa. e gostaria muito que o senhor estivesse aqui com a disposição de esclarecer esses fatos, porque o que nós queremos é isto: trazer às claras. Diferente do que alguns colegas estão fazendo, ninguém aqui quer macular a imagem da Polícia Federal, da qual eu faço parte. Vários colegas delegados e agentes estiveram aqui depondo também no sentido de que querem preservar essa operação. Mas o senhor seria a pessoa fundamental, hoje, para nos esclarecer e deixar claro para esta CPI e para o País o que efetivamente aconteceu na Superintendência da Polícia Federal por ocasião da chegada do Sr. Youssef naquela Superintendência, porque nós já temos aqui provas cabais de que a sindicância instaurada não apurou o fato verdadeiro.

Tenho certeza de que o senhor, como gestor, tomou conhecimento dessa sindicância antes de ela ser encaminhada a esta CPI. Num passar de olhos rápido por essa sindicância, percebe-se que ela não seguiu os procedimentos que deveria seguir: perícias e depoimentos que seriam essenciais ao esclarecimento do fato não foram colhidos.

Eu digo mais, Dr. Rosalvo. Se isso tivesse sido feito por V.Sa. no início, esse fato teria sido isolado — apenas aquele fato da escuta — e, talvez, nada disso tivesse acontecido.

Então, a minha ideia, a minha intenção de trazê-lo aqui, no requerimento, era a de que o senhor pudesse nos esclarecer o que houve e quais são as providências que a Polícia Federal tem tomado com relação a isso, para que nós pudéssemos ter a tranquilidade e a certeza de que esses fatos não vão comprometer essa operação. Esse é o interesse de toda a sociedade brasileira.

Eu discordo de colegas aqui que dizem que não é interessante trazer a Polícia Federal para falar sobre esse fato. É sim! Porque, se esses fatos



identificados aqui vierem a comprometer a Operação Lava-Jato, é responsabilidade desta CPI saber quem deu causa a eles e responsabilizá-los. Em última instância, eu já disse isto aqui, inclusive o Ministro da Justiça, o chefe maior da Polícia Federal, que tem conhecimento desses fatos.

Então, a minha intenção e a de vários colegas aqui é esclarecer o que houve, tentar identificar se houve crime ou não nesse fato, responsabilizar aqueles que deram causa a isso e salvar a Operação Lava-Jato. Esse é o interesse de todos nós. Quanto mais tempo nós adiarmos a apuração desse fato, mais nós poderemos comprometer a Operação Lava-Jato, o que não é interesse de ninguém.

Eu quero ver o Sr. Vaccari na cadeia, eu quero ver o Sr. Barusco na cadeia, eu quero ver o Sr. Paulo... Eu quero ver todos cumprindo a pena que eles têm que cumprir pelos crimes que cometeram. Mas eu tenho muita preocupação que o caso Castelo de Areia, Operação Factum e Operação Daniel Dantas venham a ser comprometidos por algum fato cometido durante a investigação que venha anular essa operação. Esse não é o nosso interesse. Nós queremos justamente identificar, esclarecer e poupar o Brasil de ter, no futuro, um caso como aquele da operação que envolveu o banqueiro Daniel Dantas.

Então, eu sinto muito. Fico muito sentido de o senhor não vir aqui com a intenção de nos esclarecer. O senhor era a pessoa que mais poderia nos trazer luz sobre esses fatos acontecidos sob a sua supervisão. O senhor é o chefe maior da Polícia Federal no Paraná. Infelizmente, o senhor optou por ficar em silêncio, diferente daqueles que vieram aqui e disseram de maneira clara e aberta a todos os membros desta CPI os fatos que ensejaram esta convocação de V.Sa. até aqui.

É só isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes e passo a palavra para o Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu abro mão da fala, tendo em vista que ele não vai responder nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*)



Não se encontra.

Deputado Ivan Valente, pelo tempo de até 3 minutos, que também dispensa.

Deputado Delegado Waldir, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Delegado Rosalvo, mais uma vez, mesmo diante do silêncio de V.Sa., que eu respeito muito, queria que os senhor estendesse ao Departamento da Polícia Federal meus elogios pela fantástica operação. Eu vejo que a Polícia Federal tem atuado de forma diferenciada e acho uma pena alguns colegas Parlamentares, pessoas da oposição e do Governo e empreiteiras tentarem criar e forjar situações para dismantelar a maior operação da história deste País, quando nós falamos da corrupção.

Então, eu vejo que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, nesta operação, demonstraram estar anos-luz à frente da mediocridade de alguns administradores, até Presidente da República, que achavam que estavam imunes. E a Polícia Federal, ao ter colaborado para colocar atrás das grades os maiores empreiteiros do País, para manter hoje na cadeia ex-Deputados Federais, por estar ajudando o Ministro do STF Teori Zavascki nas investigações, demonstra sua lisura e competência. Ela vai ter hoje, amanhã e sempre o meu respeito. Eu queria que o senhor estendesse isso a toda a Polícia Federal. E eu, aqui, hoje, amanhã, enquanto estiver nesta Casa e por onde eu andar, eu vou ser um defensor desta Polícia.

Erros, Delegado Rosalvo, todo mundo comete. Eu cometo. Quem não cometer que atire a primeira pedra. Eu cometo. Mas, neste trabalho, tenho me dedicado muito e tenho visto a perfeição do trabalho da instituição. E, tenho certeza, se erros aconteceram no passado, não foi culpa da Polícia Federal, mas de pessoas isoladas, ou de decisões judiciais eu digo até equivocadas, em que se privilegia o bandido e o criminoso, e não a sociedade. Hoje, a Polícia Federal está fazendo de forma diferente.

Eu vou fazer algumas perguntas muito rápidas, eu acho que isso seria importante. V.Sa. tomou conhecimento do material que foi apreendido com o Marcelo Odebrecht, onde ele cita a existência de dissidentes no Departamento da Polícia Federal? Isso não é privilégio dela; a Polícia Civil tem isso, a PM tem isso, aqui na Câmara tem isso, no Governo tem isso, em todo lado tem isso. E gostaria de saber se o senhor tomou conhecimento e se já foram identificados quem seriam



essas pessoas que queriam contaminar a Lava-Jato? O senhor poderia me responder?

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Deputado, informo a V.Exa. que, em razão do HC 130.553, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Eu vou dirigir mais... Eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de que existe envolvimento de agentes políticos, Parlamentares, da empreiteira, da Casa Civil, do Governo Federal, do Ministério da Justiça. Porque essas informações dos dissidentes são informações já se tornaram públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então, eu gostaria de saber de V.Sa., mesmo respeitando o seu direito ao silêncio, se o senhor sabe quem são as pessoas que têm participação nesse evento.

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Deputado, em razão do HC 130.553, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Mais uma vez, reafirmo... Só para concluir, Sr. Presidente. Apenas reafirmo, Sr. Presidente, novamente, que eu acho que os trabalhos da CPI poderiam avançar na convocação do ex-Presidente Lula, Palocci, Okamoto, e outras pessoas que nós..., que não compareceram a esta CPI ainda.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Aécio...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quem estiver errado e quem estiver sendo investigado neste momento por formação de quadrilha, por organização criminosa, por corrupção e por outros crimes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir e passo a palavra para o último Deputado inscrito, o Deputado Fernando Francischini, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, novamente reafirmando o que eu já venho colocando, nós ainda não acompanhamos o final do inquérito, a correição da COAIN, que é o “assuntos internos” da Polícia Federal, sobre essa sindicância. O País confia na Polícia Federal. Nós sabemos que o



resultado virá. Nós não esperamos nem o resultado final ainda do inquérito, da investigação.

O que eu queria era deixar registrado novamente, Sr. Presidente, ao Delegado Rosalvo: o Delegado Rosalvo é o orgulho do nosso País. É o gestor da Operação Lava-Jato. Discreto, não tem aparecido publicamente, mas por trás da estrutura, dos delegados que trabalham, das operações, há o Delegado Rosalvo. Uma grande carreira, uma pessoa que é um orgulho da nossa instituição. E o Deputado Onyx Lorenzoni tem toda razão: nós queríamos ver aqui os envolvidos, os corruptos, os corruptores, os bandidos, e muitas vezes nós não conseguimos nem votar para trazê-los aqui. E é triste assistir ao delegado, que é o orgulho do nosso País, ter que ficar na situação constrangedora de pedir um HC para não cometer uma irregularidade, tendo que falar sobre uma investigação, que está sob sigilo de Justiça e em andamento.

Então, fica este meu registro: primeiro, que o Delegado Rosalvo continue esse trabalho que ele tem feito, o trabalho que tem feito a diferença para o nosso País, que colocou a Polícia Federal hoje como uma referência mundial em investigação de corrupção, que fez que o Dr. Rosalvo conseguisse fazer uma interação com o Ministério Público Federal, com outros órgãos que têm ajudado na investigação. E que na próxima que o Dr. Rosalvo volte aqui ao Congresso Nacional seja para receber uma condecoração pelo resultado da operação Lava-Jato e pela referência que ela é no nosso País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Fernando Francischini.

Não tendo mais nenhum membro para...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Rosalvo, eu não vou fazer perguntas também. Eu acho que V.Exa. tem o direito de permanecer calado, mas vou apenas fazer alguns comentários que eu considero serem muito relevantes.



Primeiro, há essa questão da Polícia Federal. Acho que se existe uma coisa de que nós temos orgulho — nós, do Partido dos Trabalhadores, inclusive — é exatamente o fato de termos dado autonomia para a Polícia Federal, no Governo do Presidente Lula, para que a Polícia Federal aja com liberdade.

Talvez, Deputado Izalci, com isso que V.Exa. fala que eram coisas isoladas que aconteciam — e só V.Exa. acredita nisso —, muito escândalos de corrupção teriam sido desvendados em outros momentos na República. E, talvez, nós não chegássemos a esses momentos que nós tivemos, que infelizmente são situações muito delicadas para o nosso País e que acabam de fato envergonhando toda a população, que fica indignada nesse momento.

E nós temos que asseverar isto: a importância da Polícia Federal. Ninguém aqui quer enfraquecer a Polícia Federal. Agora, nós não podemos tratar determinadas situações, eu não posso tratar essa situação que foi levantada aqui por agentes de Polícia Federal, por delegados de Polícia Federal como se fosse um mero desentendimento. Estamos falando de uma escuta ilegal, duas escutas ilegais: uma que foi feita na cela do Sr. Youssef; outra que foi feita no fumódromo da Polícia Federal, que dava a aparência de um verdadeiro *Big Brother*. E nós não podemos aceitar esse tipo de ação ilegal, principalmente quando ela pode colocar em risco a principal operação de combate à corrupção no País.

Outra questão é exatamente que não se pode confundir autonomia com politização, com partidarização. Então, isso é algo que preocupa, que é preocupante também. Era até bom que V.Sa. pudesse falar, mas infelizmente não vai poder falar, exatamente para poder se defender em relação a essa situação, porque a Polícia, um instrumento republicano, uma Polícia republicana jamais pode ser utilizada para determinados fins políticos. Uma investigação não pode... E eu não estou dizendo necessariamente que isso esteja acontecendo, mas alguns fatos acabam corroborando com a possibilidade de construção dessas teses. Uma investigação não pode construir um escopo de atingir uma determinada pessoa, ou atingir um determinado partido.

Então, essa é a nossa preocupação, Deputado. Exatamente para que a Polícia Federal cumpra rigorosamente, como disse V.Exa., a lei. Essa é uma preocupação que nós temos como pertinente, inclusive porque os próprios



denunciantes — o Delegado Fanton e o APF Dalnei — inclusive foram agora denunciados pelo Ministério Público por calúnia. E agora, hoje, saiu a decisão do juiz inocentando-os. Saiu hoje nos jornais, inocentando-os.

Então, nós temos, sim, fatos que foram, como disse o Deputado Ivan Valente aqui, colocados na CPI de maneira muito efusiva, com um conjunto de detalhamentos que não pode ser botado para debaixo do tapete. Eu acredito que vão ser explicados. Nós estamos aguardando que isso seja explicado. Nós, enquanto CPI, estamos colocando aqui os nossos questionamentos.

E, por fim, Sr. Presidente, eu acho que, se nem uma autoridade do País, se nem um político, se ninguém pode ser considerado intocável perante a lei, da mesma maneira as pessoas que estão à frente de instituições. Então, eu acho que todos nós aqui temos que ter muita tranquilidade em relação a isso. O fato de uma pessoa ser delegado, ou o fato de uma pessoa ser superintendente, ou ser qualquer patente, digamos assim, não retira delas a responsabilidade de cumprir a lei e de prestar as informações e os esclarecimentos que são necessários.

Então, eu gostaria de deixar clara esta posição: o nosso orgulho de ter dado autonomia à Polícia Federal, de ter fortalecido a Polícia Federal, mas ao mesmo tempo não compactuar em hipótese alguma com ilegalidades e muito menos com qualquer tipo de partidarização e de politização em investigações policiais.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem rápida. Eu gostaria de solicitar ao autor do requerimento que convocou o delegado Washington, em razão de nós todos termos ciência, aqui conversando, que ele tem pouco a acrescentar ou quase nada, e que vai permanecer em silêncio, que ele pudesse retirar o requerimento e dispensar a última testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A questão de ordem de V.Exa. está prejudicada, porque V.Exa., não sendo membro da CPI, não pode fazer questão de ordem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, fica só o apelo. O apelo, então.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, faço dele as minhas palavras e assino...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu queria agradecer, inicialmente, ao Deputado Leo de Brito.

Concedo a palavra ao delegado, Dr. Rosalvo Ferreira Franco, para os comentários e considerações finais que ele desejar fazer.

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade. Como bem disse o amigo Fernando Francischini, com quem tive a honra de trabalhar na Superintendência Federal do Paraná durante quase 4 anos, com certeza, eu acredito que os fatos serão apurados, estão sendo apurados. Todos esses fatos estão sendo apurados pela Coordenação de Assuntos Internos — COAIN, aqui em Brasília, estão sendo supervisionados pelo controle externo do Ministério Público e pelo Juízo Federal lá no Paraná. Saliento que não tem nada a ver com a Operação Lava-Jato. Então, quero dizer que o Ministério Público ou o Poder Judiciário, que está analisando esses casos, não é o mesmo da Lava-Jato.

Eu tenho total confiança de que esses fatos serão plenamente explicados. Daremos, no tempo oportuno, resposta à CPI e a toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado, Dr. Rosalvo. Antes de dispensá-lo, eu queria falar em meu nome, também em nome do Presidente Hugo Motta e creio que também no da maioria, senão de todos os membros da CPI, da nossa mais absoluta confiança no trabalho da Polícia Federal, especificamente da Superintendência que V.Sa. dirige com profissionalismo, dedicação, seriedade e zelo, no desmonte dessa organização criminosa que lamentavelmente assaltou o País.

Graças à Polícia Federal, esse trabalho está sendo realizado com foco. É um trabalho complexo, difícil. A própria execução é muito difícil, pela extensão da questão, pelo envolvimento de tantas personalidades, autoridades, criminosos, enfim, pelas reações que acontecem no mundo econômico e político. Eu posso imaginar as dificuldades que V.Sa. tem conseguido superar, mas graças também à competência, à seriedade e ao apoio da população brasileira. É muito importante que a população esteja sempre atenta a cada passo da operação, apoiando-a com determinação e com estímulo, para que se possa prosseguir.



Esta CPI deseja o êxito dessa operação. Nós estamos também convergentes nesse sentido, não apenas com a Polícia Federal, mas com o Ministério Público Federal e com a Justiça brasileira, para que possamos também dar nossa parcela de contribuição.

Esse é um episódio que nós entendemos que vai ser devidamente esclarecido. Eu já expus a minha opinião com relação à Polícia Federal, que tem a competência, que tem a confiança de avançar num processo como a Lava-Jato. Todas as questões serão colocadas no momento próprio, sem que isso jamais possa significar qualquer tipo de empecilho, qualquer tipo de constrangimento ou dificuldade para o notável e elogiável trabalho que a Polícia Federal do Brasil está realizando.

Dessa maneira, eu lhe agradeço e lhe cumprimento. Desejo-lhe sorte. Vá em frente, motivado pela população brasileira e com o apoio desta CPI.

Dispensado V.Sa. Se V.Sa. desejar se manifestar...

O SR. ROSALVO FERREIRA FRANCO - Eu só queria complementar a minha fala agradecendo o tratamento cordial e respeitoso que eu tive aqui de V.Exa., da Mesa Diretora e dos demais Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu agradeço. V.Sa. está dispensado.

Eu convoco o Dr. José Washington Luiz Santos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, como autor do requerimento, e como o Dr. Rosalvo se recusou a responder as perguntas, e o Dr. Washington é o substituto eventual dele, eu não acho que haja necessidade, ao meu ver, de ouvi-lo aqui também. Então, a minha posição, como requerente, é de dispensar o próximo inquirido. Agora, é claro que cabe à deliberação do Plenário. Eu, como requerente, estou dispensando o Dr. Washington de comparecer a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ouvindo e acolhendo a proposta de V.Exa., Deputado Aluisio Mendes, eu gostaria de ouvir o nosso Relator Luiz Sérgio, que tem uma posição de relevo aqui na Comissão, para que ele possa também dar sua opinião.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os dois delegados que estiveram aqui optaram pelo direito constitucional ao silêncio. Seguramente, o Sr. José Washington Luiz vai optar pelo mesmo caminho.

Como o autor do requerimento, o Deputado Aluisio Mendes, está entendendo ser desnecessário. Acho que isso pouparia tanto o Sr. José Washington como nós mesmos, porque teríamos a repetição aqui do que foram os dois depoimentos anteriores.

Então, da minha parte, como Relator, e em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, eu optaria pela dispensa do Sr. José Washington Luiz Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Já com a opinião do Deputado Luiz Sérgio, ouço o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quero agradecer, Presidente, ao Deputado Aluisio Mendes e ao Deputado Luiz Sérgio, por entenderem que seria continuar um depoimento que não está acrescentando nada. O Dr. Washington, com certeza, poderia contribuir, é uma das grandes referências que nós temos no Paraná também, mas nós temos que investigar os bandidos agora. Vamos buscar os bandidos de verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então, coloco à consideração dos membros da CPI a proposta do Deputado Aluisio Mendes, para que seja dispensada a próxima oitiva, que seria a do delegado José Washington Luiz Santos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Estando todos de acordo, então está dispensado.

Não havendo mais nada a se realizar nesta sessão, declaro encerrada a presente sessão.